

**COMISSÃO DE AVALIAÇÃO EXTERNA
DE ANTROPOLOGIA**

LICENCIATURA EM ANTROPOLOGIA

**FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA DA
UNIVERSIDADE DE COIMBRA**

JUNHO 2004

ÍNDICE

0. Introdução	
0.1. <i>Constituição de Comissão</i>	3
0.2. <i>Objectivos da Avaliação</i>	3
0.3. <i>Sequência e Metodologia de Trabalho</i>	4
0.4. <i>Termos de Referência</i>	5
0.5. <i>Apreciação do Relatório de Auto-Avaliação</i>	5
0.6. <i>A Visita</i>	6
0.7. <i>Organização do Presente ERA</i>	8
1. Organização Institucional	9
2. Objectivos do Curso	11
3. Plano de Estudos	
3.1. <i>Evolução do Curso até 2002/2003</i>	12
3.2. <i>A Re-estruturação da Licenciatura</i>	14
3.3. <i>Estágios</i>	15
3.4. <i>Ensino Pós-Graduação</i>	16
4. Conteúdos Programáticos das disciplinas	
4.1. <i>A Questão dos Temas-Chaves da Licenciatura</i>	18
4.2. <i>Preparação Metodológica e Trabalhos Práticos</i>	20
4.3. <i>Articulação entre a Licenciatura e o Museu de História Natural e antropológico</i>	22
5. Alunos	
5.1. <i>Procura e Composição</i>	24
5.2. <i>Preparação cultural e científico</i>	25
5.3. <i>O Núcleo de Estudantes de Antropologia (NEA)</i>	26
5.4. <i>Taxas de aprovação</i>	27
6. Processo Pedagógico	
6.1. <i>Gestão Pedagógico do Curso</i>	28
6.2. <i>Funcionamento das disciplinas do curso</i>	29
6.2.1. <i>Processos lectivos</i>	29
6.2.2. <i>Calendário escolar e o problema da “dispersão” dos alunos</i>	30
6.2.3. <i>Falta de bibliografia e outros materiais de apoio</i>	31
6.2.4. <i>Redução progressiva do Pessoal Não Docente</i>	31
6.3. <i>Métodos de Avaliação</i>	32
7. Corpo Docente	
7.1. <i>Análise Global da composição do pessoal docente envolvido no Curso</i>	32
7.2. <i>Composição do Corpo Docente do Departamento de Antropologia</i>	33
7.3. <i>Qualificação Científica do Corpo Docente</i>	34
8. Corpo Não Docente	36
9. Instalações e Equipamento	
9.1. <i>Espaços Lectivos e de Trabalho</i>	37
9.2. <i>O Museu de Antropologia</i>	38
9.3. <i>A Biblioteca</i>	38
9.4. <i>Meios Informáticos</i>	39
10. Recursos Financeiros	39
11. Relações Externas e Grau de Internacionalização do Curso	40
12. Ambiente Académico (Apoio Social)	41
13. Gestão da Qualidade	42
14. Empregabilidade	42
<i>Balço Global e Conclusões</i>	44
Classificação dos Campos de Apreciação	48
Anexos	

0. Introdução

0.1. Constituição da Comissão

A Comissão de Avaliação Externa (CAE) dos cursos de Antropologia da Universidade Técnica de Lisboa (ISCSP), da Universidade Nova de Lisboa (FCSH), do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE), da Universidade de Coimbra (I.A.), e da Universidade Fernando Pessoa, do Porto, foi constituída pelos seguintes elementos:

Prof.^a Doutora Jill Dias, Presidente, Professora Catedrática da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa;

Prof. Doutor Carlos Diogo Moreira, Professor Catedrático do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa;

Prof. Doutor Manuel Laranjeira Areia, Professor Catedrático do Departamento de Antropologia da Faculdade de Ciências e Tecnologia, da Universidade de Coimbra.

Prof. Doutor Brian Juan O'Neill, Professor Catedrático do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.

Prof. Doutor Joan J. Pujadas, Professor Catedrático do Departamento de Antropologia, Filosofia i Treball Social da Universitat Rovira i Virgili.¹

0.2. Objectivos da Avaliação

O principal objectivo da avaliação de que esta Comissão de Avaliação Externa foi incumbida é averiguar se as instituições universitárias visitadas possuem condições minimamente capazes para proporcionar aos seus licenciados a formação desejada e, simultaneamente, procurar corresponder ao espírito consagrado na Lei n° 38/94, artº. 4º e Dec-Lei. n° 205/98, de 11 de Junho, nomeadamente, estimular a melhoria da

¹ Face a indisponibilidade de última hora manifestada pelo Prof. Joan Pujadas e desejando a Comissão manter um contributo de um especialista estrangeiro, foi convidada a título de assessora a Prof.^a Mary Bouquet da Universidade de Utrecht. Atendendo ainda ao inesperado desta alteração, a Prof.^a Mary Bouquet só pode participar em duas das visitas programadas, respectivamente nos dias 15, 16, 17 e 18 de Março.

qualidade das actividades desenvolvidas e permitir uma melhor informação entre as instituições e entre estas e a comunidade em geral.

A avaliação tem ainda por finalidade contribuir para o ordenamento da rede de instituições do ensino superior e para o reconhecimento de diplomas académicos e títulos profissionais a nível europeu, no espírito da Declaração de Bolonha.

As observações feitas neste RAE são fruto de uma reflexão conjunta dos membros da CAE (comportando inevitavelmente algum grau de subjectividade) e devem ser entendidas num sentido eminentemente construtivo.

0.3 Sequência e Metodologia de Trabalho

No dia 27/01/04 teve lugar no edifício sede do Conselho de Avaliação da Fundação das Universidades Portuguesas (CAFUP) uma reunião aberta a todos os membros das Comissões de Avaliação Externa com os Presidentes do Conselho de Avaliação da FUP e do Conselho de Avaliação da APESP e o Adjunto do Presidente do Conselho de Avaliação da FUP. Na reunião, a qual, se realizou na sequência de outras anteriormente havidas com os Presidentes das CAE's, foi analisado o processo de avaliação do 2º ciclo e distribuídos os documentos “Constituição das CAE's”, “Guião de Avaliação Externa” e “Grelha de Avaliação Externa”.

Em 01/03/04 os membros da CAE reuniram-se na sala do Conselho de Avaliação para distribuição de serviço e análise dos programas de visitas. Foi decidido, dado o número relativamente reduzido de instituições a serem visitadas, não criar subcomissões. Foi ainda decidido que a futura redacção dos relatórios de avaliação externa serão da responsabilidade da CAE no seu conjunto.

As visitas realizaram-se entre o dia 08/03 e o dia 19/03/04.

Em 12 de Maio de 2004 a CAE reuniu de novo na sede do Conselho de Avaliação da FUP para análise dos Relatórios de Avaliação Externa.

As visitas às instituições observaram o programa tipo que vai apresentado em anexo.

A metodologia seguida pela Comissão para a recolha de dados que caracterizassem a instituição visitada assenta, antes de mais, numa análise criteriosa do respectivo Relatório de Auto-Avaliação e no esclarecimento directo de questões por ele

suscitadas no diálogo com os vários colectivos com quem a CAE se reuniu (Professores, Alunos, Pessoal não docente, etc.) durante a visita institucionalada.

A Comissão estudou com cuidado os objectivos que a Escola se propunha atingir e fez todo o possível para avaliar do êxito obtido na consecução desses mesmos objectivos.

0.4. Termos de Referência

Os termos de referência que se apresentam em anexo constituem o quadro director da Avaliação Externa e enumeram todos os aspectos que a Comissão considerou necessário esclarecer para poder levar a bom termo a sua missão. Este documento foi aprovado por consenso por todos os membros da CAE e enviado às instituições previamente à visita institucional, constituindo a guião que orientou essa visita.

0.5. Apreciação do Relatório de Auto-avaliação (RAA)

O relatório é da responsabilidade da Comissão de Auto-Avaliação, composta pelo Prof. Doutor Paulo Gama Mota (coordenador), pelo Prof. Doutor Nuno Porto e pela Dr^a Rosa Sofia Wasterlain, assentando-se em dados recolhidos no Departamento, junto da Faculdade de Ciências e Tecnologia e junto da Reitoria da Universidade de Coimbra.

Trata-se de um relatório de boa apresentação gráfica, conciso e bem sistematizado, embora omisso em alguns aspectos, nomeadamente quanto à legislação acerca da investigação e ensino, ao programa de estágios, à preparação metodológica dos alunos, às actividades de investigação prosseguidas pelos docentes do Departamento de Antropologia, às informações sobre as teses de Mestrado e de Doutoramento orientadas no âmbito do Departamento, e ao número de alunos que têm frequentado o Mestrado em Evolução Humana.

Foram realizados dois inquéritos aos alunos da Licenciatura em Antropologia, para obter informações sobre a sua apreciação das infraestruturas e funcionamento do curso (76 respostas, correspondendo a 39% do universo dos 197 licenciandos), e cada disciplina que frequentaram durante o ano de 2002/2003, e respectivos docentes. Os

resultados deste último inquérito contemplam 36 das 52 disciplinas da Licenciatura². As taxas de resposta variavam entre 10% e 82% dos alunos inscritos em cada disciplina, respondendo, contudo, mais de 25% em dois terços das disciplinas inquiridas.

A opinião dos docentes foi recolhida através do preenchimento das fichas de disciplinas, não tendo sido realizado outro inquérito específico. 40 fichas de disciplina foram preenchidas de um total de 45 disciplinas obrigatórias e opcionais do currículo da licenciatura. 77% dos docentes envolvidos com o curso preencheram a ficha de docente³.

Recolheram-se ainda inquéritos de opinião e informação, a partir de contactos pessoais de docentes e outros licenciados, de 13 Licenciados nos últimos cinco anos, para averiguar a situação profissional e grau de satisfação com a Licenciatura, sobretudo em termos da sua importância relativamente a sua formação e inserção no mercado de trabalho.

0.6. A Visita

A visita foi muito bem preparada pela Comissão de Auto-avaliação, tendo sido proporcionadas boas condições de trabalho, acolhimento institucional excelente e facultados todos os elementos informativos solicitados. As reuniões efectuadas durante a visita com os docentes, alunos, licenciados e funcionários do Departamento de Antropologia, revelaram-se extremamente úteis em complemento e para aprofundar as informações fornecidas pelo RAA.

A Comissão foi recebida formalmente pelas autoridades da Faculdade de Ciências e Tecnologia, representadas pelo Presidente do Conselho Directivo, o Prof. Doutor

² Faltaram as seguintes disciplinas, a maioria das quais opcionais: *Estudos Linguísticos, Introdução aos Estudos Literários, Genética da Mutagénese, Biologia Molecular Laboratorial, Neurobiologia I, Neurobiologia II, Biologia Molecular, Genética Geral, Biologia Geral I e Fisiologia Geral I, Geografia das Populações, História Social, Antropologia Geral II, Biodemografia das Populações Humanas, Classificações Simbólicas I, Fisiologia Animal I, Fisiologia Animal II, Introdução às Ciências Sociais*

³ A lista nominal do pessoal docente envolvido no Curso (Tabela 13), na página 160 do RAA inclui os nomes de 33 docentes. Contudo, entre as fichas preenchidas surgem as de dois docentes cujos nomes não são incluídos nesta lista, nomeadamente, o Dr. Gonçalo Canelas Cardoso e o Prof. Doutor Salvador Massano Cardoso. Em contrapartida, faltam as fichas de 7 docentes referidos na Tabela 13 (Profs. Auxiliares, Ana Luisa Monteiro de Carvalho, Carlos José Fialho da Costa Faro e Maria Helena Jacinto Santana; Prof^a Associada, Maria Rita de Almeida Madeira Clemente, Assistente Nelson Manuel Carvalho de Almeida e Assistentes Convidados João Nuno Paixão Corrêa Cardoso e Maria da Conceição Carapinha Rodrigues). Não figuram nem na lista, nem nas fichas de docente, o Assistente António Ramalheira, e os Assistentes Convidados, João Crisóstomo Borges e António Morais, todos docentes da disciplina de Epidemiologia, cuja responsável é o Prof. Doutor Salvador Massano Cardoso.

Luis Adriano Oliveira (em substituição do Reitor), pelo Presidente do Conselho Científico (Prof. Doutor Bruno Didade), pelo Presidente do Departamento de Antropologia (Prof.Doutor Augusto Abade), pela Presidente da Comissão Científica (Profª Doutora Eugénia Cunha,) e pela Representante da Academia de Estudantes (Drª Marta Cadença).

Na reunião inicial com a Comissão de Auto-Avaliação, para além da apreciação do RAA, do esclarecimento de dúvidas e de indicação de algumas informações sobre vários aspectos que faltavam no Relatório, começou-se a abordar a questão fundamental da articulação entre a Antropologia Biológica e Sócio-Cultural no actual curso de licenciatura em avaliação; os pontos-chave da reestruturação do curso que entrou em funcionamento em 2003/2004; as relações do Departamento de Antropologia no quadro dos restantes departamentos da FCT; o programa de estágios; e as ligações entre o Museu de Antropologia (secção do Museu da História Natural), a licenciatura e a investigação ao nível de pós-graduação.

A Comissão Externa voltou várias vezes a estas (e outras) questões no decurso das diferentes reuniões realizadas durante a visita com os alunos, licenciados e docentes do Departamento. Nestas reuniões procurou-se ouvir tantos pontos de vista quanto possível, tentando promover um ambiente informal em que as pessoas presentes possam sentir a máxima à-vontade para exprimir livremente as suas opiniões.

Com os alunos, efectuaram-se três reuniões. A primeira, que em princípio visava os dirigentes da Associação de Estudantes e de outras organizações estudantis, contava com a presença de sete alunos, todos dos 3º e 4º anos da licenciatura em Antropologia. Incluía membros da Comissão Pedagógica e do Conselho do Departamento de Antropologia e ainda uma representante do Núcleo de Estudantes de Antropologia. Na segunda reunião, estiveram presentes 36 alunos dos 1º e 2º anos. Uma terceira reunião, dos 3º e 4º anos, realizada no segundo dia da visita, contava com 15 alunos. Todas as reuniões decorreram num ambiente do menos constrangimento possível. Passados os primeiros minutos de reticência natural, uma minoria dos alunos presentes mostraram-se bastante intervenientes, respondendo com entusiasmo e franqueza às questões colocadas em relação às suas impressões e opiniões sobre aspectos científicos e pedagógicos do curso e interpelando, eles próprios, os membros da Comissão sobre a Antropologia. É interessante notar que a esmagadora maioria dos elementos que participaram nestas reuniões são de sexo feminino. Assim, dos 36 presentes na reunião dos dois primeiros

anos, apenas 6 são do sexo masculino. Ao que parece, as alunas também se mostraram mais activas em termos da dinamização de projectos ligados ao Departamento e de tentativas de forjar uma ligação mais próxima entre a Antropologia e os cidadãos de Coimbra.

As duas reuniões realizadas com 18 dos 20 docentes do Departamento – uma com os professores, e outra, com os assistentes e assistentes convidados – decorreram num ambiente aberto e informal. Entre os 9 professores associados e auxiliares que reuniram com a Comissão Externa, 6 são da área da Antropologia Biológica e 3 de Antropologia Social e Cultural. Na reunião com os assistentes, estiveram presentes 9 pessoas, dos quais, 5 da área da Antropologia Biológica e 4 da área de Antropologia Social e Cultural. Estas duas reuniões foram úteis sobretudo para recolher as opiniões dos docentes sobre o funcionamento e articulação dos dois domínios biológico e sócio-cultural no recém-estruturado currículo da licenciatura, comparado com o vigente no ano em avaliação, de 2002/2003 em avaliação.

Na reunião com os antigos alunos estiveram presentes 8 pessoas, todos eles a desenvolver projectos de investigação para Mestrado ou Doutoramento.

Finalmente, realizou-se uma curta reunião com 8 funcionários, todos eles inseridos no Museu e no Departamento de Antropologia.

Para além das reuniões efectuadas com alunos, docentes e pessoal não docente, a CAE consultou os elementos de bibliografia à disposição, de autoria dos professores do Departamento, e realizou uma visita às instalações, incluindo as salas de aula, anfiteatro, gabinetes de professores, arquivo fotográfico, biblioteca, museu didáctico, laboratório de etologia humana, laboratório osseológico, e o sótão, onde funciona o laboratório de pesquisa - uma sala com cerca de 2000 crânios e ossos em geral, dos quais 505 esqueletos completos e identificados de indivíduos humanos.

0.7. Organização do Presente RAE

Para melhor dar conta dos muitos comentários e observações críticas sobre a licenciatura a CAE entendeu organizar os dados com base nos seguintes 14 campos de apreciação, os quais estão definidos no Guião de Avaliação Externa, aprovado em Novembro de 2003, pela Fundação das Universidades Portuguesas/Conselho de Avaliação:

1. Organização Institucional
2. Objectivos do curso
3. Plano de estudos
4. Conteúdos programáticos
5. Alunos (procura, sucesso escolar)
6. Processo pedagógico
7. Corpo docente
8. Pessoal não docente
9. Instalações e equipamentos
10. Recursos financeiros
11. Relações externas e internacionalização
12. Apoio social
13. Gestão da Qualidade
14. Empregabilidade

Nestes campos de apreciação não se desenvolveu nem o custo por aluno nem a acção social escolar por serem campos de análise genéricos que dizem respeito à Instituição em geral.

1. Organização Institucional

Como refere o RAA, o curso de Licenciatura em Antropologia foi criado em 1992⁴, na sequência do desdobramento do Museu e Laboratório Antropológico (MLA) em duas unidades: o Museu Antropológico – Secção do Museu de História Natural – e o Departamento de Antropologia, unidade orgânica de ensino e investigação. As duas unidades ocupam o mesmo espaço e complementam-se no desempenho das actividades

⁴ Despacho 2/92 – Serviços Académicos – publicado no *Diário da República*, 2, 25, de 30 de Janeiro

de ensino e da investigação, e, ao nível da licenciatura, a Antropologia é o único curso ministrado no Departamento.

A FCTUC, onde se insere o Departamento de Antropologia é dotado de autonomia financeira e administrativa. À semelhança dos outros 13 Departamentos da FCTUC, o Departamento de Antropologia goza de uma situação de semi-autonomia, estando, em princípio, garantido, pelo modelo descentralizado de gestão na faculdade, a ampla representação e participação de todos os corpos nos Conselhos e Comissões Directivas, Científicas e Pedagógicas numa base tendencialmente paritária.

Apesar de proporcionar um maior grau de liberdade em termos de actuação, a situação “semi-autónoma” dos diferentes departamentos da FCTUC, entre os quais a Antropologia, parece trazer alguma falta de comunicação ou relacionamento entre eles, levando a que, de acordo com a impressão retida das conversas com docentes e alunos durante a visita, o Departamento de Antropologia se sente “isolado” no quadro institucional da FCTUC.

Por sua vez, a actual Lei de Financiamento das Universidades, orientada por quotas de alunos, parece dificultar a livre circulação dos alunos de Antropologia dentro da Universidade de Coimbra. Na reunião inicial com a Comissão de Auto-avaliação, referiu-se que, em consequência desta lei, os alunos do Departamento de Antropologia são impedidos de escolher, livremente, opções ministrados por outras faculdades e mesmo por alguns Departamentos dentro da própria FCT – não obstante o facto de a licenciatura em Antropologia oferecer disciplinas obrigatórias e opcionais a várias licenciaturas das Faculdades de Ciências e Tecnologia, Medicina, Economia, Letras e Psicologia e Ciências da Educação. Em especial, apesar da colaboração de alguns docentes de Antropologia com o Instituto Nacional de Medicina Legal, há pouco contacto entre os docentes e alunos do Departamento de Antropologia da FCT e a Faculdade de Medicina de Coimbra. A aparente falta de comunicação entre algumas das faculdades e departamentos da UC foi também assinalada durante a visita: um aluno do último ano do curso da licenciatura referiu desejar fazer o trabalho final do curso na área biológica e propôs frequentar a cadeira de medicina legal na Faculdade Medicina, tendo sido proibido de o fazer.

Neste momento, o curso de Antropologia foi reestruturado em concordância com as normas dos Acordos de Bolonha (ver ponto 3.2., mais abaixo). Durante a visita, a

CAE soube que pelo menos 4 dos 23 licenciaturas ministradas pela Faculdade foram já reestruturadas, incluindo, para além da Antropologia, o curso de Biologia. Como é óbvio, uma situação em que os alunos do Departamento de Antropologia são impedidos de escolher opções e *Minors* noutra área científica, leccionadas por outras faculdades e departamentos da mesma universidade, contraria o espírito de Bolonha, prejudicando a boa implementação e articulação das reformas curriculares actualmente em curso na FCTUC, no âmbito desses acordos, que exigem uma maior flexibilidade de forma a permitir a maior circulação dos alunos dentro da universidade.

2. Objectivos do curso

Como salientam os autores do RAA, não obstante o presente curso de Licenciatura em Antropologia da FCTUC ter sido criado somente em 1992, o Departamento de Antropologia é “herdeiro” de uma longa tradição do ensino e investigação em Antropologia, Paleontologia Humana e Arqueologia Pré-histórica iniciada na Universidade de Coimbra na década de 1880.

Por sua vez, os objectivos e o carácter do curso estão fortemente condicionados e influenciados pela inclusão do Departamento de Antropologia entre os 14 departamentos da FCTUC, onde predominam as áreas científicas das Ciências Exactas, Físicas e Naturais, da Engenharia, e da Vida. Este enquadramento favorece e viabiliza a forte dimensão biológica que integra o actual curso de Antropologia da FCTUC.

Nesse quadro, entre outros objectivos, “*o curso de Antropologia leccionado na FCTUC contempla o estudo das dimensões biológicas e da variabilidade das sociedades e culturas humanas, tendo por objectivo genérico compreender o que nelas é universal e específico...compreendendo conhecimentos em paleontologia humana, biologia do esqueleto, genética e ecologia humana, comportamento social, o estudo das culturas dos diferentes grupos e da sua cultura material*” (RAA, pp.33, 35).

Esta CAE considera importante sublinhar que essa visão de Antropologia está longe de implicar um “regresso”, quer à tradição antropológica oitocentista, há muito ultrapassada, que confundiu a Biologia, a Cultura e a Sociedade num paradigma evolucionista “pseudo-científico”, quer ainda ao olhar determinista de Sociobiologia da década de 1970. Pelo contrário, recentes avanços de conhecimento científico,

nomeadamente, nos campos de genética e da biologia molecular, ou de ciência cognitiva, propõem novos aprofundamentos, modelos, sistemas e métodos científicos, mais sofisticados, para compreender o comportamento, a evolução e a história da natureza e das sociedades humanas, impondo, cada vez mais, uma articulação entre a Antropologia Biológica, a Arqueologia, a Paleontologia e a Antropologia Social e Cultural, na busca de uma ligação mais estreita entre os entendimentos biológicos da natureza humana e a antropologia social e cultural “tradicional”.

Como referem os autores do RAA, o perfil abrangente do curso de Antropologia da FCTUC é único entre as licenciaturas em Antropologia na universidade portuguesa, nas quais as dimensões paleontológicas, arqueológicas, biológicas, ou ecológicas estão, em grande medida, ausentes ou muito reduzidas. Trata-se portanto de uma opção epistemológica válida e importante no contexto nacional, cuja ambição generalista encontra paralelos não só nas tradições académicas de muitas universidades nos E.U.A., como também em alguns cursos universitários ingleses que integram a antropologia biológica, a antropologia social e a cultura material, nomeadamente, por exemplo, os das Universidades de Cambridge, Durham, e Oxford Brookes, ou ainda da *University College*, da Universidade de Londres, com a qual o Departamento de Antropologia da FCTUC mantém contactos e colaboração.

Em termos práticos, no contexto nacional, a importância da licenciatura em Antropologia de Coimbra destaca-se ainda pelo facto de ser a única em Portugal a formar antropólogos com as competências de fazer o tratamento antropológico de restos humanos em investigações ou levantamentos arqueológicos ou históricos, como é requerido na legislação saída nos últimos anos (RAA, 278)

3. Plano de Estudos

3.1. Evolução do curso até 2002/2003

No período de 1998 a 2003, ao que se reporta a análise deste Relatório, a estrutura do curso manteve-se igual à do período da última avaliação. A crítica principal ao modelo da licenciatura em vigor até 2003 concerne, sobretudo, a relação entre as duas áreas científicas leccionadas no Departamento - a Antropologia Biológica e a Antropologia Social e Cultural -, e a eventual insuficiência do currículo da licenciatura

em termos de cada uma destas áreas, sobretudo no que concerne a dimensão socio-cultural. As dificuldades de articulação entre os campos das Ciências Humanas e das Ciências Biológicas, ambicionada nesta Licenciatura, foram muito enfatizadas nas críticas feitas ao Curso no relatório do anterior Comissão de Avaliação sobre o ano de 1997/1998, onde se considerou que, naquele momento, tal articulação não estava assegurada.

Cinco anos mais tarde, embora persistam dificuldades na articulação entre a Antropologia Biológica e a Antropologia Social e Cultural – um desafio plenamente reconhecido e aceite pelos responsáveis do Curso – na opinião da actual CAE, a situação está a evoluir muito positivamente. Quanto à coerência científico-pedagógica dos programas e a sua adequação aos objectivos do curso, restam ainda algumas dificuldades, apontadas pela CAE anterior, sobretudo em relação à falta de articulação entre esses dois domínios teóricos. Por enquanto, parece haver ainda “pouco diálogo e de autêntica colaboração” entre estas duas áreas distintas em termos dos conteúdos programáticos das disciplinas. A transversalidade desejada pela CAE anterior não foi ainda assegurada, de acordo com os programas apresentados nas fichas das disciplinas, e não foi evidente qualquer propósito de síntese.

Contudo, organizar os conteúdos das disciplinas em torno de tentativas de síntese, ou de coalescência entre os métodos e conteúdos das duas áreas também nos parece extremamente problemático, e até incorrecto, do ponto de vista da coerência científico-pedagógica. Na verdade, o aparente carácter “dicotómico” dos programas das disciplinas da Licenciatura, não impede aos alunos, eles próprios, fazer tais sínteses, relacionando diferentes perspectivas e aproveitando eventuais complementaridades e ressonâncias com base na rica variedade de ensinamentos recebidos no âmbito das duas áreas. Por outro lado, é de realçar a introdução, no novo plano da Licenciatura, de disciplinas específicas, tal como, por exemplo, *Antropologia da Biomedicina*, cujo programa “*visa fazer entender as implicações sócio-culturais da biomedicina e das biotecnologias*”, que procura explicitamente articular os dois pontos de vista antropológicos, biológica e sócio-cultural.

Durante a visita, a CAE verificou o empenho da equipa de docentes da licenciatura em conseguir essa complementaridade. A preocupação dos docentes do Departamento em estabelecer uma ponte entre as duas áreas antropológicas, expressa pelo Prof. Paulo Mota na reunião inicial com a comissão de Auto-avaliação, e

explicitada também nas duas reuniões com os professores e assistentes, é demonstrada sobretudo no projecto científico-pedagógico que orienta a recente reestruturação do curso da licenciatura.

3.2. A re-estruturação da licenciatura

O novo plano curricular, que entrou em funcionamento no corrente ano lectivo de 2003-2004, é definido segundo as normas de Bolonha. Organizado em termos de um *Major* composto de cinco semestres de formação disciplinar generalista, de base (ou “banda larga”), aos quais acresce um semestre dedicado à redacção de um trabalho final de curso, e um *Minor* de dois semestres de formação científica específica e sólida na área de Antropologia Biológica ou de Antropologia Social e Cultural, o novo curso procura corrigir o modelo de licenciatura, demasiado flexível, criticado pelo anterior CAE e ainda em vigor no quinquenio 1998-2003, respondendo ao problema fundamental de especificação entre as duas áreas científicas (Antropologia biológica e socio-cultural). Ambas essas áreas saem, assim, fortalecidas. Como salientou o Prof. Doutor Nuno Porto, membro da Comissão de Auto-avaliação, o novo plano favorece ainda a criação de disciplinas que possibilitam a articulação de temas emergentes, tal como a ética biomédica, e corrige a duplicação de conteúdos curriculares do curso antigo. Em suma, a nova licenciatura procura maximizar os recursos materiais e humanos disponíveis, muito ricos, de modo a conseguir uma complementaridade e ligação crescente entre os dois domínios que permitirá melhor atingir os objectivos do Curso, tornando mais claras também as especificidades desta Licenciatura em Antropologia, em comparação com as restantes licenciaturas neste domínio do ensino superior público em Portugal.

As opiniões dos alunos sobre a reestruturação da Licenciatura, expressas nas reuniões com a CAE durante a visita, são bastante positivas, considerando que a mesma beneficia a articulação entre as duas áreas. Destacaram-se, ainda, como pontos fortes da nova licenciatura, a semestralização das disciplinas e a criação de conteúdos mais diversificados e actuais, para além da natureza obrigatória do trabalho final. Trata-se de opiniões confirmadas pelos resultados dos inquéritos aos 76 alunos realizados pela CAA, os quais mostram um grau elevado de satisfação em relação ao curso e às

disciplinas frequentadas, considerando que a reestruturação da licenciatura, entretanto implementada, é melhor do que a estrutura anterior (RAA, 230).

Com efeito, o novo plano da Licenciatura possui um tronco comum equilibrado, em termos da distribuição de disciplinas entre as áreas de Antropologia Social e Cultural e de Antropologia Biológica: assim, o plano do currículo do *Major* inclui 10 disciplinas da área de Antropologia Social e Cultural, 8 da área de Antropologia Biológica e 6 interdisciplinares (áreas de Sociologia e de Estatística). As disciplinas que pretendem estruturar a dimensão socio-cultural do *Major*, nomeadamente, *Introdução à Antropologia Social e Cultural*, *Cultura Material*, *Etnografia e Trabalho de Campo*, *Antropologia do Espaço I*, *Antropologia do Espaço II*, *Parentesco e Género: Perspectivas Teóricas*, *Povos e Culturas de África*, *Parentesco e Género: Etnografias Comparadas*, *Antropologia e Biomedicina*, e *Espaço e Ideologia na América Pré-Colombiana*, parecem adequadas em termos teóricos para uma formação de base na área. Contudo, tendo em conta que um dos objectivos principais do curso visa “a entrega de competências técnico-científicas praticadas nas diversas áreas do trabalho antropológico, mediante o desenvolvimento das capacidades cognitivas e críticas dos alunos”, sente-se a falta, no novo plano, de uma disciplina específica que aborde, mais explicitamente, as diferentes metodologias não só de Antropologia, mas das Ciências Sociais em geral. Esta questão será analisada em ponto 4.2., mais abaixo.

Por outro lado, pode-se considerar o peso relativo de dois semestres de *Sociologia Clássica*, excessivo e desequilibrado. Salvo eventuais lógicas e compromissos impostos por estratégias de colaboração institucional interna, parece-nos mais acertado substituir um semestre da *Sociologia Clássica* pela *História de Antropologia* (disciplina que deixou de existir no novo plano de estudos). Por sua vez, os resumos das disciplinas *Antropologia do Espaço I e II* do novo plano (RAA, Anexo 2, ix) levam a entender que o conteúdo e a bibliografia da antiga disciplina *Antropologia do Espaço II*, leccionada em 2002/2003 (RAA, Tabela 6) deixou de existir, deixando fora do novo curso também o importante tema e campo teórico de *Antropologia Urbana*.

3.3. Estágio Curricular

Quer no Plano de Estudos em vigor entre 1998 e 2003, quer no novo Plano reestruturado, considera-se uma componente importante da licenciatura em

Antropologia a realização de um estágio curricular (RAA, 224). Dos 43 alunos que efectuaram estágios de investigação em 2002/2003, a maioria (33) trabalharam em torno de diversos temas dentro das áreas de Museologia e de Antropologia Social e Cultural. Estes estágios, uma minoria dos quais enquadrados por outras instituições para além da Universidade de Coimbra, realizaram-se em várias localidades do país e também em Cabo Verde. Os restantes (10) realizaram estágios nas áreas de Antropologia Biológica e Etologia Humana no próprio Departamento, analisando materiais pertencentes ao Museu de Antropologia e laboratório da pesquisa antropológico (RAA, Tabela 6A, 141-148).

Estágios de licenciatura para antropólogos são também facultados, ao que parece, no âmbito de algumas das colaborações com instituições externas desenvolvidas entre os docentes e investigadores do Departamento de Antropologia (RAA, 154).

Contudo, não obstante o relevo atribuído ao estágio científico na licenciatura, o RAA não aprofunda a questão da organização dos estágios - quer para finalistas, quer para recém licenciados. Alguns esclarecimentos obtidos durante a visita confirmaram a falta de um programa organizado. Na reunião com a CAA, mencionou-se que se fizeram alguns acordos pontuais com Câmaras Municipais - por exemplo, com as de Cantanhede e de Lousã - e algumas empresas, com a finalidade de se criarem instituições de acolhimento para estagiários da licenciatura. Manifestou-se, contudo, alguma desilusão com a generalidade dos estágios institucionais, considerando-os uma forma de mão-de-obra altamente qualificada a preço muito baixo, sem qualquer garantia de estabilidade futura. Pelo contrário, os alunos, criticando a carência de uma estratégia concertada em torno dos estágios, apesar de todas as insuficiências e críticas que estes naturalmente comportam, indicaram o interesse em desenvolver mais esta vertente. Trata-se de uma questão que, sem dúvida, merece mais debate e reflexão acerca de como este tipo de estágios poderão trazer mais benefícios no futuro, em termos não só da aprendizagem prática dos alunos, como também das oportunidades de emprego pós-licenciatura (ver ponto 13., mais abaixo).

3.4. Ensino Pós-graduado

Além da Licenciatura, funcionou no Departamento de Antropologia durante o período em apreciação, um curso de Mestrado bi-anual na área de Antropologia

Biológica, sobre Evolução Humana, que já teve quatro edições. Doze teses foram defendidas no âmbito deste Mestrado entre 1999 e 2003. Contudo, o RAA é omissivo quanto ao número total de alunos que durante este período frequentou o Mestrado em Evolução Humana, não tendo sido possível obter estas informações durante a visita.

O novo plano curricular (ver 3.2., mais acima) procura estreitar a articulação do curso de licenciatura com cursos de ensino pós-graduado da mesma área científica, de acordo com o espírito dos Acordos de Bolonha, sendo a continuidade da formação em estudos pós-graduados considerada como um dos pontos fortes da actual licenciatura (RAA, 282). Nestes termos, cada um dos dois cursos do *Minor* (Antropologia Biológica e Antropologia Social e Cultural) poderá ser oferecido como plataforma para a frequência de cursos de pós-graduação nas respectivas áreas científicas: incluindo disciplinas integrantes dos mestrados leccionados pelo Departamento em cada uma destas áreas específicas, a sua frequência poderá ser considerada na parte lectiva dos mestrados das duas áreas disciplinares (RAA, 43).

Neste momento, esta articulação está a ser conseguida unicamente com o Mestrado em Evolução Humana, uma vez que o Mestrado em Estudos Africanos, na área de Antropologia Social e Cultural, não obstante ter sido aprovado, ainda não arrancou como previsto, por causa da falta de recursos financeiros. Assim, durante o período em apreciação, o Departamento de Antropologia não ofereceu formação na área de Antropologia Social e Cultural ao nível pós-graduado, limitando-se à formação dos próprios docentes do Departamento trabalhando nesta área.

A falta de um curso de Mestrado na área social e cultural ligado ao curso de Antropologia em Coimbra é sentida sobretudo por alguns licenciados que se viam obrigados, para prosseguir os estudos pós-graduados a deslocar-se a Lisboa, com todos os encargos de transportes e alojamento que isto implica.

Para além do eventual funcionamento de um curso de Mestrado na área de Antropologia Social e Cultural - obviamente desejável para complementar e equilibrar a oferta de estudos pós-licenciatura - , parece-nos que seria interessante tentar organizar ainda outro curso, ou programa, de pós-graduação, ao nível de Mestrado e/ou de Doutoramento, em torno de um tema - lembramos, por exemplo, da Psicologia Evolutiva - que pudesse desafiar as fronteiras disciplinares tradicionais, articulando, de

um maneira mais estreita e explícita, as duas áreas de Antropologia, Biológica e Social e Cultural e permitindo um maior aprofundamento das ligações entre elas.

4. Conteúdos Programáticos

4.1. A Questão dos Temas-Chaves da Licenciatura (área de Antropologia Social e Cultural)

As observações feitas em ponto 3.2, mais acima, convidam a uma reflexão mais detalhada sobre as matérias e tópicos-chaves tratados na Licenciatura, mais especificamente da área de Antropologia Social e Cultural.. Tanto o Plano de Estudos em vigor no quinquenio 1998-2003, como o novo plano curricular reestruturado da área de Antropologia Social e Cultural, focalizam os seus conteúdos sobretudo em contextos não europeus, privilegiando os contextos africanos, sul-ameríndio e hispano-americano “*alicerçada nas questões do poder, espaço, identidades, cultura material, arte, ciência e museologia crítica*” (RAA, 35, 38). Na reunião com os professores do Departamento, esclareceu-se que estes temas chaves da licenciatura justificam-se sobretudo pelo seu próximo relacionamento com os domínios de investigação dos docentes do Departamento, para além de prender-se com aspectos práticos “da aplicação da antropologia à realidade”, a potencialidade da qual, entretanto, ficou menos esclarecida.

Tratando-se de temas e conceitos gerais muito relevantes no contexto dos problemas sociais emergentes num mundo contemporâneo, “globalizado”, a abordagem e compreensão das questões do “poder, espaço, identidades, cultura material, arte, ciência e museologia crítica” no contexto desta Licenciatura obriga, evidentemente, a recorrer à uma variedade de tendências, “modas” e correntes teóricas recentes do pensamento antropológico, desenvolvidas para explicar as rápidas mudanças sociais e políticas no mundo actual. Referimos, por exemplo, as teorias e estudos antropológicos sobre etnicidade e nacionalismo, multiculturalismo, pós-modernismo, pós-colonialismo, globalização, género, migrações e trans-nacionalismo, violência e resistência, turismo, e património imaterial. Analisando as referências bibliográficas registadas nas fichas de disciplina (RAA, Tabela 6) do antigo plano referente ao quinquénio de 1998-2003, é evidente o esforço para incorporar algumas destas novas temáticas. Com efeito, estas fichas mostram uma elevada grau de actualização em

termos das indicações bibliográficas dos programas – o que talvez seja reflectida em parte, também, na elevada apreciação global dos alunos relativamente a relevância e importância das disciplinas para o curso (RAA, 233).

Contudo, se a incorporação de alguns desses novos temas e perspectivas confere à licenciatura um carácter muito actualizado, em termos teóricos, tornando-a, aparentemente, mais relevante e adequada em termos da sua aplicação à novas realidades sociais, é pouco evidente, pelo menos em termos da bibliografia mencionada nas fichas das disciplinas, a articulação entre essas novas matérias e o conhecimento clássico, “tradicional” da antropologia, como património acumulado. Por exemplo, não estão indicadas referências bibliográficas a uma das temáticas centrais que definiu o carácter da Antropologia social britânica no século XX, ou seja os estudos clássicos de parentesco, incluindo Maine, Morgan, Rivers ou Radcliffe Brown. *Os Nuer* do Evans Pritchard, também não está mencionado. Por outro lado, a antropologia cultural norte-americana da primeira metade do século XX – os estudos de Boas, Kroeber, Benedict, Mead, Redfield ou Sapir, entre outros - está ausente. Também não se refere nas fichas a autores americanos paradigmáticos mais recentes, tal como, por exemplo, o Clifford Geertz ou David Schneider. A este nível, parece ter faltado uma estratégia global, consciente e claramente definida, por parte do Departamento, de um *corpus* de textos básicos e fundamentais, considerados clássicos, que definiram a disciplina e os caminhos de Antropologia Social e Cultural entre os séculos XIX e XX.

Entretanto, a análise dos resumos de algumas disciplinas do novo Plano – nomeadamente, *Introdução à Antropologia Social e Cultural, Etnografia e Trabalho de Campo*, ou *Parentesco e Género: perspectivas teóricas* – leva-nos a acreditar que estas lacunas poderão estar, em parte, colmatadas na licenciatura reestruturada (RAA, Anexo 2, vii e viii).

Por sua vez, a ênfase nos contextos sul-ameríndio e hispano-americano é extremamente preciosa, na medida em que esses contextos são praticamente ausentes de várias outras licenciaturas nacionais em Antropologia. Em contrapartida, porém, não obstante a vontade expressa nos objectivos da licenciatura de não “negligenciar” contextos europeus (RAA, 33), estes contextos – incluindo o próprio contexto português – parecem muito pouco contemplados nos programas e bibliografias das disciplinas de Antropologia Social e Cultural, não só do curso antigo, como também das disciplinas do novo plano (ver os resumos, RAA, Anexo 2).

O pouco relevo atribuído aos contextos europeus e portugueses contribui para uma sensação de desequilíbrio nos conteúdos da licenciatura. Mas também suscita outras reflexões, de carácter mais prático. Em primeiro lugar, a integração no curso de disciplinas ou conteúdos explicitamente relacionados com realidades sociais e culturais nacionais e regionais poderia contribuir para combater a falta relativa de saídas profissionais dos licenciados⁵. Em segundo lugar, o desenvolvimento, dentro da Licenciatura, de uma área Social e Cultural que contempla, especificamente, contextos portugueses e europeus podia suscitar novas vias de investigação abrindo oportunidades para colaborações e uma articulação mais estreita entre os investigadores das duas áreas antropológicas, biológica e social e cultural - tendo em conta que uma parte da investigação dos docentes da área de Antropologia Biológica parece estar mais relacionada com contextos portugueses e europeus, do que com a América ou com a África (ver 4.3., mais abaixo).

Trata-se, evidentemente, de uma questão para a qual a resposta mais adequada passa, eventualmente, pelo recrutamento, para a área de Antropologia Social e Cultural, de um ou mais docentes, com interesses de investigação nesses contextos.

4.2. Preparação Metodológica e Trabalhos Práticos

A ausência nos dois planos curriculares, quer do Plano de Estudos em vigor em 2002-2003, quer do plano novo (RAA, 39 - 41, 44 - 47) de disciplinas específicas, dedicadas explicitamente aos métodos e técnicos do trabalho antropológico, suscita interrogações em relação à preparação adequada dos alunos do ponto de vista metodológico, sobretudo em termos de aplicação dos conhecimentos teóricos em trabalhos práticos. Esta dúvida também parece legítima face às críticas ouvidas pela CAE durante a visita na reunião com os antigos alunos de que a componente social e cultural da Licenciatura é demasiado teórica, não tendo aplicabilidade no mercado de emprego (ver ponto 13, mais abaixo) – embora este sentimento pareça não estar compartilhado pela maioria dos alunos inquiridos pela CAA, que exprimiram a sua satisfação pela boa coordenação entre matérias teóricas e práticas ao longo do Curso (RAA, 233). De acordo com os autores do RAA, a aprendizagem a este nível é incorporada nos conteúdos programáticos das diferentes disciplinas e no trabalho

⁵ Tendo em conta, também, que neste momento no Norte, não havia licenciaturas em Antropologia.,

lectivo desenvolvido ao longo do curso, que procura promover “as capacidades de leitura e escrita crítica e coerente, a elaboração de projectos de trabalho, a familiaridade com técnicas laboratoriais, a aplicação de métodos quantitativos e qualitativos de análise, pequenas experiências de terreno, aprendizagem dos fundamentos da investigação experimental, análise da cultural material e o processo de trabalho museológico” (RAA, 33). A convicção da eficácia do ensinamento contínuo dos métodos e técnicos de Antropologia através dos conteúdos programáticos do curso foi reiterada pelos professores do Departamento durante a visita na reunião com a CAE.

De facto, a análise das informações fornecidas nas fichas das disciplinas do RAA

(Tabela 6), não deixa dúvidas sobre a forte componente prática do ensino, em termos do número e duração das aulas práticas, principalmente no âmbito das disciplinas da Antropologia Biológica – nomeadamente, *Biologia do Comportamento*, *Biologia Social I e II*, *Ecologia Humana*, *Palaeontologia II*, e *Investigação I e II*, mas também em algumas disciplinas de Antropologia Social e Cultural, em especial, *Antropologia Social e Cultural I e II*, *Cultura Material I*, *Etnografia Comparada I*, *Família e Comunidade I*, e *Seminário de Investigação I e II*. No total, verificam-se 14 contextos semestrais, nos 2º, 3º e 4º anos, em que havia algum treino na realização de trabalhos práticos.

Em contrapartida, à primeira vista, parece haver uma redução assinalável de espaço lectivo dedicado a treino para pesquisa no novo plano da Licenciatura. Analisando os resumos das disciplinas do elenco posterior à reestruturação, verifica-se que apenas quatro mencionam trabalhos práticos. Admite-se, contudo, que os dados fornecidos nos resumos são incompletos a este respeito, o que foi indicado durante a visita pelo esclarecimento relativamente a mais três disciplinas em que existe algum treino para investigação.

É no trabalho final de investigação que a preparação metodológica recebida ao longo do curso deve ter o seu cúmulo. Nesta matéria, a CAE não tem dúvida que as reformas introduzidas pelo novo plano curricular são positivas. No plano antigo, ainda em vigor em 2002/2003, este trabalho, de carácter opcional, parecia não ter enquadramento formal, em termos programáticos, senão na área de Antropologia Social e Cultural, no contexto do Seminário de investigação I e II, que neste ano dedicou-se ao estudo intercultural da dança e do movimento, propondo, a partir deste tema, bastante

restrito, “*avaliar competências dos alunos para construir problemáticas, escolher metodologias e técnicas de pesquisa apropriadas, efectuar a recolha de dados empíricos, e proceder à sua interpretação científica*”. Com efeito, neste ano, um terço dos 30 trabalhos de investigação concluídos na área de Antropologia Social e Cultural debruçaram-se sobre o fenómeno e espectáculo da dança.

No plano curricular antigo, não há carga horária atribuída a este seminário na Tabela 5A do RAA (embora na ficha de disciplina, refira-se que a escolaridade semanal do seminário é de 3 a 5 horas - RAA, 137, 139), nem às outras disciplinas de “Investigação” mencionadas na mesma Tabela. Neste sentido, é claramente melhor o novo plano do *Major*, segundo o qual os alunos dispõem de “*um espaço lectivo de dois semestres exclusivamente destinado à aprendizagem da execução de projectos de investigação e sua apresentação sob a forma de ‘trabalho em progresso’ em seminários, e a escrita do texto*” (RAA, 37). A execução desses projectos é apoiada ainda pela organização do semestre final do *Major*, dedicado ao Seminário de Investigação sem ser sobreposta com aulas.

A natureza obrigatória do trabalho final, imposta pela reestruturação da Licenciatura, parece ser considerada positiva pela generalidade dos alunos inquiridos. Ao mesmo tempo, a CAE entende que a filosofia e estruturação deste trabalho final, sobretudo como conclusão duma presumível linha sequencial de momentos de treino prático, precisa de ser melhor definida, em termos globais. Por outro lado, neste momento, ao que parece, a dimensão do trabalho é variável, tendo que ver mais com o tema escolhido e o professor que orienta o trabalho, do que com umas normas gerais estabelecidas. Assim, parece urgente dedicar algum tempo à redefinição, de uma maneira mais clara e inequívoca, dos contornos e do tamanho do trabalho pretendido, tendo cuidado de não exagerar em termos da dimensão exigida, de forma a não transformar a questão num “bicho de sete cabeças” com efeitos psicológicos negativos que podem impedir alguns alunos de acabar o curso.

4.3. Articulação entre a Licenciatura em Antropologia e o Museu de História

Natural (Museu Antropológico)

Uma das mais valias da licenciatura em Antropologia da FCTUC é, sem dúvida, a sua forte ligação ao Museu de História Natural, em especial, a secção do Museu

Antropológico, “potenciando o ensino e investigação sobre as colecções e a ligação à actividades museológicas” (RAA, 283). O desenvolvimento das duas principais áreas não europeias contempladas na Licenciatura – nomeadamente a África e a América do Sul – é fortemente apoiado pelos acervos riquíssimos do Museu de História Natural - em especial, da secção do Museu de Antropologia. O aproveitamento crescente destes acervos etnográficos e osteológicos pelos docentes e alunos para reforçar e desenvolver o ensino prático de “inúmeras matérias” no âmbito da licenciatura – mesmo dentro dos constrangimentos do espaço e do horário de funcionamento do Museu – desperta e estimula o interesse pelo curso. Alguns alunos, sobretudo do Núcleo de Estudantes de Antropologia (ver pontos 5.3 e 6.1., mais abaixo), também prestam apoio, por exemplo, na montagem de exposições abertas ao público, tal como a bonita exposição *Babá-Babu – Histórias de um berço*, visitada e muito apreciada pela CAE.

Entre os 2000 crânios e ossos do laboratório de pesquisa antropológica, visitado pela CAE, encontram-se 414 esqueletos de indivíduos escavados e identificados como combatentes da Batalha de Aljubarrota, para além de duas múmias do século XVIII, retiradas de uma igreja em Lisboa. O levantamento, tratamento e análise destes e outros restos humanos requerem, como é evidente, metodologias, técnicas, perspectivas e aprofundamentos dos domínios de Antropologia Biológica, Antropologia Social e Cultural, Arqueologia e História, abrindo, desta maneira, oportunidades para desenvolver estudos transdisciplinares sobre uma multidão de temas de interesse científico relacionados com a história social, antropológica e demográfica portuguesa. Tais estudos estão a ser concretizados em investigações conduzidas, por exemplo, pelos Profs. Doutores Eugénia Cunha⁶, Augusto Abade⁷, Ana Luísa Santos⁸ em colaboração com Assistentes da licenciatura e outros investigadores, cujos resultados foram publicados em revistas científicas internacionais (ver 7.3, mais abaixo).

⁶ Cunha, E.; Filly, M.L.; Clisson, I; Santos, A.L.; Silva, A.M.; Umbelino, C.; Cesar, P.; Corte Real, A.; Crubezy, E., Ludes, B.2000. “Children at the convent: Comparing historical, morphological and DNA extracted from ancient tissues for sex diagnosis in Santa Clara a Velha (Coimbra, Portugal)”, *Journal of Archaeological Sciences*, vol.27, no.10. October 2000: 949-952

⁷ Santos, C., Lima, M., Montiel, R., Angles, N., Abade, A., Aluja, M.P., 2003, “Genetic structure and origin of peopling in the Azores islands (Portugal): the view from mtDNA”, *Ann.Hum.Genet.*, 67(Pt 5): 433-56

⁸ Santos, A.L., Umbelino, C., Gonçalves, A., Pereira, F., 1998, “Mortal combat during the Medieval Christian Reconquest in Évora, Portugal”, *International Journal of Osteoarchaeology*, 8 (6), 454-456; *Ibid.*, “A Picture of tuberculosis in young Portuguese people in the earlier 20th century: a multidisciplinary study of the skeletal and historical evidence”, *American Journal of Physical Anthropology*, 115 (1): 38-49

É lamentável que a grande falta de recursos humanos e financeiros, e as carências de espaço, do Departamento de Antropologia e do Museu, tenham impedido o aproveitamento desse rico património de atingir o seu pleno potencial em termos de articulação com as matérias leccionadas no curso da Licenciatura (ver pontos 6.2.3., 8.2, e 10, mais abaixo).

5. Alunos

5.1. Procura e Composição

A crescente relevância e interesse do curso de licenciatura em Antropologia da FCTUC no contexto nacional parece ser confirmada pelo aumento no número de candidatos, que subiu mais de 60% em 2002/2003 (RAA, Tabela 10). Dois terços (33) dos alunos admitidos neste ano tinha uma nota de entrada entre 13.5 e 15.4 (RAA, Tabela 8). O número de vagas, todas preenchidas, também subiu ligeiramente de 40 para 45 entre 1998/1999 e 2002/2003, tendo o número de ingressos oscilado entre 44, em 1998/1999 e 50, em 2002/2003 (RAA, Tabela 11).

O Curso atrai candidatos de todas as zonas do país, embora com maior incidência de zonas mais do norte: neste ano, pouco menos de metade (42.8%) dos alunos que ingressaram no 1º ano da licenciatura são do distrito de Coimbra (RAA, Tabela 9).

No ano de 2002/2003, a média etária do total dos alunos era de 25 anos, sendo a esmagadora maioria feminina (137 alunos femininos e 60 masculinos - TABELA 7).,

Dos alunos admitidos no ano de 2002-2003, cerca de 25% apontaram o curso de licenciatura em Antropologia de Coimbra como a sua 1ª opção, e mais de metade colocaram o curso entre as suas primeiros três opções (RAA, Tabela 8). Quanto aos 76 alunos inquiridos pela CAA, mais de metade referiram o curso de licenciatura em Antropologia de Coimbra como tendo sido a primeira opção (RAA, 230).

Em geral, a opinião dos alunos, expressa nas reuniões da CAE com os dirigentes das organizações estudantis e os discentes de todos os anos, está muito favorável à integração de Antropologia Biológica com a Antropologia Social e Cultural nesta Licenciatura. Uma das porta-vozes dos discentes, aluna do 3º ano, referiu que foi pelo

facto de haver essa relação, e de a licenciatura ser mais abrangente a este respeito que as restantes licenciaturas de antropologia, que decidiu vir para a Universidade de Coimbra. Outra aluna referiu ter solicitado a sua transferência de uma outra licenciatura para a licenciatura de Antropologia da FCTUC pelo mesmo motivo. Considerou-se ainda que os alunos desta licenciatura, ao adquirem uma perspectiva mas alargada, podem escolher conscientemente as áreas que preferem.

5.2 Preparação cultural e científica

Não é fácil avaliar o grau de preparação cultural e científica dos alunos que entram para o curso, verificando-se, como é natural, grandes oscilações médias de ano para ano relativamente ao seu grau de habilidade, interesse e empenho.(RAA, 281).

Na reunião com a CAA durante a visita, afirmou-se nunca terem sido consideradas graves as eventuais dificuldades sentidas nas disciplinas da área de biologia por alunos vindo das Humanidades e, na verdade, os alunos inquiridos pela CAA (inquérito geral sobre a Licenciatura), não revelaram dificuldades de maior com o material de estudo (RAA, 231). Contudo, fica evidente dos elementos fornecidos do RAA e das conversas com os professores durante a visita, que alguns docentes sentem dificuldade em transmitir conhecimentos a alunos com formações de base muito diferentes. Como refere, por exemplo, o docente de Biologia do Comportamento “...as matérias são mais apelativas para os alunos de Biologia que para os de Antropologia, que encontram alguma dificuldade em lidar com conhecimentos e conceitos de fisiologia e evolução...” (RAA, Tabela 6, 73). Na reunião com o CAA, o mesmo docente acrescentou ainda que o aproveitamento escolar dos alunos de Antropologia em cadeiras tais como, por exemplo, Paleontologia Humana, tem sido notoriamente menos bom do que os alunos da licenciatura de Biologia.

Se bem que as dificuldades sentidas em determinadas disciplinas possam prender-se com capacidades individuais e não com um determinado *background* escolar, a verdade é que os autores do RAA consideram a “fraca formação de base estruturante para alunos provenientes de distintos grupos disciplinares do ensino secundário” como um dos pontos fracos da licenciatura em vigor até 2003. Por sua vez, os maus resultados nacionais em matemática ao nível do ensino básico e secundário fazem-se

sentir sobretudo nas dificuldades de aprendizagem de disciplinas com elevado nível de abstracção – tais como *Bioestatística I e II*, *Genética das Populações Humanas*, *Biologia Evolutiva ou Ecosistemas Humanos* (RAA, 234).

A reestruturação da Licenciatura responde positivamente a essas dificuldades. Por um lado, transfere as disciplinas de *Bioestatística* do primeiro para o segundo ano da licenciatura, esperando que a maior maturidade dos alunos possa superar as suas dificuldades de aprendizagem, enquanto a *Biologia Evolutiva* passa para o minor em AB, “*apresentando os conceitos mais básicos e simplificados de evolução em outras disciplinas, nos primeiros anos*” (RAA, 234). Por outro lado, o novo currículo facilita a adaptação dos alunos vindos das Humanidades às matérias das ciências biológicas, leccionando as disciplinas desta área a partir de níveis mais básicos, e procurando transformar o 1º ano num ano propedeutico. Em termos globais, também nos parece positivo, no sentido de responder aos eventuais problemas de preparação sentidos pelos alunos ao longo do curso (RAA, 233-234), a prescrição programática do conjunto de disciplinas do Major, propondo “*um corpo teórico onde as áreas científicas se complementam, proporcionando uma introdução progressiva a diferentes metodologias e técnicas correntes no trabalho antropológico*” (RAA, 283).

O facto de uma parte dos alunos se deslocar para longe das suas famílias e se instalar em Coimbra, para frequentar os seus cursos, juntamente com uma acentuada dispersão e desfocagem da actividade de estudo devido à vida académica em Coimbra são tidos por alguns docentes como factores que repercutiam negativamente na formação adequado dos alunos (ver ponto 6.2.1., mais abaixo). Porém, não obstante essas dificuldades, a opinião dos docentes relativamente à forma como as disciplinas funcionaram e à participação dos alunos nas mesmas é geralmente positiva (RAA, Tabela 6 e 273), sendo notável, todos os anos, o aparecimento de alunos muito bons ou mesmo excepcionais (RAA, 281).

5.3. O Núcleo de Estudantes de Antropologia (NEA)

O forte apreço dos alunos pelo curso e a vontade de o promover é evidenciado pelo Núcleo de Estudantes de Antropologia (NEA), criado em 2002 por um grupo de alunos, cujo objectivo era dinamizar actividades relacionadas com as matérias da

Licenciatura. Na reunião com os dirigentes das organizações estudantis, referiu-se que o NEA funciona como um pólo no Departamento de Antropologia e na cidade de Coimbra. Segundo a representante do NEA, aluna do 3º ano, desde que foi criado, este núcleo tem trabalhado bastante, sem qualquer tipo de hierarquia, apenas constituído com grupos de trabalho, que funcionam como “mediadores” entre os alunos e a possibilidade de organizar exposições e outras actividades que servem para divulgar e valorizar o curso de Antropologia não só ao nível da universidade, como também junto ao público. Assim, membros do NEA participaram em projectos do Museu de História Natural. Deram também apoio logístico e administrativo ao recente Encontro Internacional intitulado *Modernidades Imaginadas*, prestando apoio ainda à exposição *Babá-Babu – Histórias de um berço*, cuja montagem no Museu de Antropologia coincidiu com a visita da CAE. Outros, ligados ao grupo de Antropologia Visual, estão a dinamizar um *workshop* sobre a fotografia.

5.4. Taxas de aprovação

Entre os alunos que se submeteram à avaliação no ano 2002/2003, o número aprovado foi, em média, bastante elevado. Porém, em 34% das disciplinas, menos de metade dos alunos inscritos submeterem-se à avaliação (RAA, Tabela 6). Com efeito, uma percentagem bastante grande de alunos inscrevem-se às disciplinas, mas não chegam a frequentá-las. Como explicam os autores do RAA, trata-se de uma situação comum na Faculdade, onde muitos alunos se inscrevem apenas para avaliar depois o seu interesse em frequentar as disciplinas (RAA, 280). Por outro lado, as taxas baixas de aprovação relativamente ao número de alunos inscritos podem explicar-se também através de outros factores referidos pelos docentes, incluindo, em especial, a desistência e a dispersão dos alunos levando a que a taxa média anual de licenciados seja de cerca de 50% do *numerus clausus*.

6. Processo Pedagógico

6.1. Gestão Pedagógica do curso

Ao nível do Departamento, como referem os responsáveis e autores do RAA, “*a coordenação do Curso é feita pela Comissão Científica, que integra todos os Doutorados, e um representante dos assistentes, em estreita colaboração com a Comissão Pedagógica, que integra um doutorado, um assistente a dois representantes dos alunos*” (RAA, 279).

No que diz respeito à Comissão Pedagógica, o RAA não fornece informações sobre como estes alunos são seleccionados, nem quais os anos que representam. Contudo, os alunos presentes na reunião da CAE com os “dirigentes académicas”, eram exclusivamente dos 3º e 4º anos.

Na opinião da CAE, poderá ser útil aumentar o número de alunos na Comissão Pedagógica, tendo um(a) representante eleito em cada ano da Licenciatura, ou seja quatro alunos no total. Esta sugestão vai ao encontro também da convicção geral dos docentes que “*um maior envolvimento docente-aluno no primeiro ano do curso poderá ser importante para garantir o seu envolvimento no curso e evitar uma importante ‘dispersão’ que por vezes ocorre*” (RAA, p.281, e 5.2., mais acima).

Pela sua parte, a maioria dos alunos inquiridos pela CAA são de opinião que os mecanismos de participação no curso são razoáveis (RAA, 231), não obstante o facto de quase metade considerarem reduzida a sua participação na vida institucional em geral (RAA, 231). Neste contexto, o recém-fundado Núcleo de Estudantes de Antropologia (NEA) parece ser uma iniciativa muito positiva e extremamente louvável em termos não só das actividades que o núcleo ajuda a dinamizar (ver ponto 5.3), como, também, do diálogo regular que mantém com os órgãos responsáveis do Departamento (RAA, 279), tendo realizado ainda, em 2002, umas jornadas pedagógicas, com recolha de opiniões, sob forma de questionário, acerca do funcionamento da licenciatura.

6.2. O funcionamento das disciplinas do curso

6.2.1. Processos lectivos

Como já se referiu em 5.2., a maioria dos docentes do Departamento de Antropologia sentem-se satisfeitos, em geral, com a forma como as disciplinas funcionaram (RAA, Tabela 6 e 273).

Ao que parece, os alunos são bem informados, atempadamente, pelos respectivos docentes sobre os programas de estudo e métodos de avaliação das diferentes disciplinas do curso. Por sua vez, o *site* do Departamento no *internet* disponibiliza “*informações importantes e actualizadas sobre o funcionamento da licenciatura, da investigação, e a ocorrência de palestras e conferências, contribuindo para o dinamismo entre os vários intervenientes da licenciatura*” (RAA, 280-281).

As aulas também parecem correr bem, quer em termos dos espaços físicos disponíveis, quer em termos pedagógicos. Tanto os alunos como os docentes considerem os espaços lectivos geralmente adequadas, sem excesso de alunos, bem como a dimensão das turmas práticas (RAA, 233). Quanto às técnicas pedagógicas usadas, não obstante a falta de equipamentos adequados (ver 9.4., mais abaixo), “*em praticamente todas as disciplinas há recurso a dispositivos multimédia, havendo já um número elevado de docentes a utilizar meios informáticos na preparação e apresentação das suas aulas...(enquanto)...os alunos são também incentivados a utilizar os meios informáticos no seu estudo e realização de trabalhos, sendo parte integrante das aulas práticas de algumas disciplinas, para análise de dados, por exemplo*” (RAA p.280).

Pela sua parte, os alunos inquiridos pela CAA consideraram que, na generalidade, as matérias das disciplinas foram abordadas de forma interessante, e que o material de estudo e métodos de avaliação foram adequados, afirmando estudar e consultar regularmente a bibliografia recomendada (RAA, 231, 233).

Um dos pontos fortes do funcionamento pedagógico do curso, segundo à opinião generalizada dos docentes, consiste na próxima ligação entre a sua investigação e o ensino ministrado ao nível, quer da licenciatura, quer ao nível de orientações de dissertações e dos seminários de pós-graduação (sobretudo na área de Antropologia Biológica). Com efeito, a maior parte dos docentes ensinam matérias em que investigam ou que aplicam. Os alunos da licenciatura são também chamados a participar nos

trabalhos de investigação da equipa, sobretudo na área de Antropologia Biológica, onde, em alguns casos, os estágios de investigação são integrados nas linhas de investigação em curso. Por outro lado, como referiu um docente do Departamento, *mesmo quando os temas de investigação não dizem directamente respeito às temáticas da disciplina, há necessariamente uma circulação de ideias entre diferentes campos de reflexão que enriquecem as aulas.*

Apesar de todos estes aspectos positivos, apercebeu-se, tanto das informações facultadas pelo RAA, como também das críticas ouvidas durante a visita, nas reuniões da CAE com docentes e alunos, uma série de problemas no funcionamento do curso, alguns dos quais potencialmente graves. Para além das dificuldades de garantir a transmissão dos conhecimentos em disciplinas com alunos de formação de base muito diferentes, referido mais acima (5.2.), essas críticas se dirigem principalmente ao problema da “dispersão” dos alunos, à falta de bibliografia para o apoio das diferentes disciplinas, ao calendário escolar, e à redução do pessoal não docente.

6.2.2. Calendário escolar e o problema da “dispersão” dos alunos

Apesar da maioria dos alunos inquiridos pela CAA afirmarem assistir e participar nas aulas teóricas e práticas do curso (RAA, 231, 233), referências a uma acentuada “dispersão” dos alunos e ao impacto negativo deste factor em termos do funcionamento do curso, repetem-se, ao longo do RAA. Tal “dispersão”, sentida pelos docentes em termos da falta de assiduidade e desfocagem nos estudos, é considerado pelos autores do RAA como ponto fraco da licenciatura, contribuindo fortemente para a “taxa mediana de licenciados por ano” (RAA, 283).

Como já se referiu em 5.2., mais acima, os responsáveis pelo curso atribuem esta “dispersão” a vários factores, entre eles, os efeitos do alojamento em Coimbra longe da família, e, sobretudo, às frequentes interrupções prolongadas, prejudicando não só o ritmo das aulas, como também a participação dos alunos, devido aos festejos académicos - nomeadamente, a semana dos caloiros, em Outubro, e a queima das fitas, nos inícios de Maio. Na opinião de alguns docentes, o envolvimento dos alunos nestes festejos, consagrados no calendário escolar, provocam disrupções prejudiciais ao trabalho lectivo em momentos cruciais do começo, ou concretização dos programas (RAA, 90, 274).

Outro factor, de natureza institucional, que perturba o funcionamento regular da Licenciatura, contribuindo, eventualmente, para tal “dispersão” ao nível dos discentes, é o facto de algumas disciplinas da licenciatura em Antropologia serem frequentadas por alunos provenientes de departamentos integrados em diferentes Faculdades da Universidade de Coimbra - cada uma das quais com o seu próprio calendário lectivo. Devido a esta realidade, os docentes dessas disciplinas têm sentido a necessidade de começar as aulas após o início do calendário da FCTUC, de modo a integrar alunos de outras Faculdades sem a necessidade de repetir, sistematicamente, o início do programa.

Como sugerem os próprios autores do RAA, “*uma maior aproximação e a criação de estruturas de ligação entre o corpo docente e os alunos e entre os vários anos*”, de forma a procurar focalizar mais os alunos no seu curso, podem ajudar a contrariar as tendências de “dispersão” entre os alunos (RAA, 280, 284). Pode-se considerar a dinâmica criada pelo NEA, juntamente com, eventualmente, uma maior participação dos alunos dos primeiros anos na comissão pedagógica do Departamento, como passos positivos neste sentido (ver pontos 5.2. e 6.1, mais acima).

6.2.3. Falta de bibliografia e outros materiais de apoio

De acordo com as informações fornecidas no RAA, confirmadas durante a visita, um dos aspectos que prejudica o processo pedagógico e o funcionamento do curso reside no insuficiente acervo da biblioteca em algumas áreas e a impossibilidade, devido à falta de meios financeiros, de aquisição de nova bibliografia, incluindo livros e revistas – para além de outros materiais para leccionar, nomeadamente, entre outros, slides e filmes de vídeo. Esta situação (também focado em 9.3. e 10., mais abaixo), obriga alguns docentes à disponibilização de recursos pessoais para a actualização das matérias teóricas e pedagógicas – nomeadamente, através de empréstimo dos seus próprios livros aos alunos, e a utilização de outros materiais didácticos pessoais - para além de recorrer a fotocópias de bibliotecas em Lisboa. Trata-se de um problema que parece afectar sobretudo a área de Antropologia Social e Cultural.

6.2.4. Redução Progressiva do Pessoal Não Docente

Na FCTUC, há cada vez menos recursos humanos para proporcionar um apoio técnico-administrativo adequado à Licenciatura, devido à perda progressiva do pessoal

não docente ligado, quer ao Departamento, quer ao Museu. Em breve, a situação pode-se tornar dramática, prejudicando gravemente sobretudo o ensino prático e o aproveitamento das colecções etnográficas e osteológicas do Museu (ver ponto 4.3., mais acima). A situação do pessoal não-docente é analisado em ponto 8, mais abaixo.

6.3. Métodos de Avaliação

A análise dos dados referidos nas fichas de disciplina (RAA, Tabela 6) indicam que os métodos de avaliação escolhidos são variados, adequados e exigentes. São definidos claramente e a tempo e os alunos não levantam objecções (RAA, 233). Se algumas disciplinas são avaliadas exclusivamente através de um exame final, na grande maioria a avaliação é parcialmente contínua – exigindo a realização de um ou dois trabalhos escritos ou outros trabalhos práticos, para além de apresentações e debate de textos nas aulas e, às vezes, de um exame final de natureza facultativo. Como salientam os autores do RAA, em quase todos os casos a componente prática é avaliada e ponderada (cf. 4.2., mais acima).

7. Corpo Docente

7.1. Análise Global da composição do pessoal docente envolvido no Curso

Conforme consta, quer da lista nominal do pessoal docente envolvido no Curso apresentada na Tabela 13 do RAA, quer das fichas de disciplina e de docente, apresentadas nas Tabelas 6 e 14, o corpo docente que assegura as disciplinas da Licenciatura em Antropologia é constituído, no ano de referência, por 38 pessoas (19 do sexo masculino e 19 do sexo feminino). Pouco mais de metade (55%) são doutorados, sendo o nível etário médio aproximadamente de 41.78 (Quadro I).

Quadro I: Composição profissional e científica do pessoal docente envolvido no Curso.

Categoria	FCT Dept Antropol.	FCT Dept Biologia	Fac. Medi Cina	Fac. Econ./ Fac. Letras	Dept. desconhecido	Total de docentes
P.Catedrático	1	1	1	1		4
P.Assoc.c/Agreg.	1					1
P.Assoc.	2			1	1	4
P.Auxiliar	7	2			3	12
Assistente	5		1		2	8
Ass.Conv.c/Mest.	2					2
Ass.Convidado	2	1	2		2	7
TOTAL	10	4	4	2	8	38

Dos 38 docentes envolvidos com o curso de Licenciatura em Antropologia, pouco mais de metade (20) pertencem ao Departamento de Antropologia, enquanto 18 pertencem a outros departamentos e faculdades da UC, entre eles, o Departamento de Biologia da FCT, e as Faculdades de Medicina, de Economia e de Letras.

7.2. Composição do Corpo docente do Departamento de Antropologia

Quadro II: Composição profissional e científica do Pessoal Docente do Deptº de Antropologia

Categoria	Área Ant. Social e Cultural.	Área Ant. Biológica	Total Docentes
Prof.Catedrático	1		1
Prof.Associado c/Agregação		1	1
Prof.Associado	1	1	2
Prof.Auxiliar	3	4	7
Assistente	2	3	5
Assistente Convidado c/Mestrado	2		2
Assistente Convidado	1	1	2
TOTAL	10	10	20

O corpo docente do Departamento de Antropologia, com média etária de 40.75, é relativamente jovem, com uma taxa de qualificação bastante rápida nos últimos anos: Dos vinte docentes deste Departamento, pouco mais de metade (11) são doutorados. Destes professores, 9 realizaram provas de Doutoramento nos últimos 10 anos, tendo-se verificado uma taxa superior a um doutoramento por ano de docentes do Departamento, ou seja, um em 2001, um em 2002 e dois em 2003. É evidente o empenhamento dos responsáveis do Departamento em investir na formação do corpo docente, aproveitando-se do PRODEP para facilitar a dispensa de serviço para a realização de doutoramento, e

assegurar que todos os docentes estarão, o mais rapidamente possível, habilitados com o grau de Doutor. (RAA, 279).

Se, em termos do total do pessoal docente envolvido no Curso de Licenciatura em Antropologia, os docentes da área de Antropologia Social e Cultural representam menos de um quarto (Quadro I), no Departamento de Antropologia já constituem metade do corpo docente (Quadro II). Apesar de verificar alguma diminuição do pessoal docente a partir de 2001, devido a cortes no orçamento do Departamento (RAA, 279), a situação actual, de maior equilíbrio entre as duas áreas científicas da Licenciatura, representa, assim, uma evolução muito positiva em relação à situação existente em 1998.

Contudo, é um avanço ainda pouco consolidado em termos do futuro. Enquanto na área de Antropologia Biológica, verifica-se que 9 dos 10 docentes são da carreira universitária, (6 doutorados e 3 assistentes), a situação na área de Antropologia Social e Cultural é mais heterogénea. Com efeito, do núcleo dos 10 docentes que têm a seu cargo a dimensão Social e Cultural da licenciatura, 3 são contratados a prazo, como Assistentes Convidados, um dos quais já só em tempo parcial. Todos eles estão sujeitos à vida profissional precária inerente a tais contratações. Por sua vez, prevê-se, para breve, nova diminuição no pessoal docente da área social e cultural com a saída do Departamento e da Universidade de Coimbra de um dos Professores Auxiliares, e a reforma, dentro do próximo quinquénio, do único Professor Catedrático da área.

Por esses motivos, não obstante as crescentes dificuldades financeiras (ver ponto **10**, mais abaixo), a CAE considera urgente, para salvaguardar o equilíbrio científico e a qualidade da Licenciatura, insistir no recrutamento de mais docentes da carreira universitária para a área de Antropologia Social e Cultural, não só em substituição dos que saem, mas para reforçar o número de docentes da carreira universitária desta área.

7.3. Qualificação Científica do Corpo Docente

O Relatório de Auto-avaliação é incompleta quanto às actividades de investigação prosseguidas pelos docentes do Departamento, limitando-se a uma lista geral das áreas em que se realizaram trabalhos de investigação durante o período em análise. Com efeito, todos os docentes pertencem, ou são colaboradores, de duas Unidades de Investigação activas no âmbito do Departamento de Antropologia, nomeadamente, o Centro de Investigação em Antropologia, e o Instituto do Ambiente e Vida,

classificadas, respectivamente, pela FCT, de “Bom” e “Muito Bom” (RAA, 224-225). Falta, contudo uma lista dos projectos em curso e o eventual financiamento externo atribuído.

Por sua vez, para além de uma lista sumária das instituições nacionais e estrangeiras com que os docentes do Departamento mantém colaborações (RAA, 154) não são fornecidos nenhuns detalhes destas colaborações, e não há indicações sistematizadas quanto ao grau de participação activa dos docentes do Departamento em reuniões científicas nacionais o internacionais.

No entanto, não há a mínima dúvida da qualificação e da competência científica e pedagógica do corpo docente do Departamento de Antropologia da FCTUC, reconhecida nas avaliações internacionais dos centros de investigação referidos, e evidenciada não só pela sua produção científica, consultada e apreciada pelos membros da CAE durante a visita, como também na elevada apreciação expressa pelos alunos inquiridos (RAA, 233, 283).

É claro que, durante o período em apreço, os diferentes membros do corpo docente exerceram actividades de investigação bastante intensas numa grande variedade de domínios científicos relacionados com as várias áreas da licenciatura. Uma parte desta actividade de investigação é efectuada em cooperação com os alunos através de estágios científicos curriculares (ver 3.3., mais acima), e reflecte-se, também, na orientação de teses de Mestrado e do Doutoramento, sobretudo na área da Antropologia Biológica. Mas os resultados destas actividades se revelam sobretudo nas listas de publicações incluídas nas fichas individuais dos docentes no RAA. Da análise destas informações e da consulta dos livros, capítulos de livros, artigos e outros materiais disponibilizados na ocasião da visita, a impressão da CAE é de uma actividade de investigação razoavelmente dinâmica e de elevada qualidade. Nos últimos cinco anos, alguns docentes, mais notavelmente da área de Antropologia Biológica, mas também na área de Antropologia Social e Cultural, têm publicado capítulos de livros e numerosos artigos científicos sobre temas muito diversos, num leque grande de revistas nacionais e internacionais de prestígio, com *referee*⁹.

⁹ Por exemplo - *Journal of Archaeological Sciences*, *Journal of Forensic Sciences*, *International Journal of Osteoarchaeology*, *Journal of Human Evolution*, *Human Biology*, *American Journal of Human Biology*, *Annals of Human Biology*, *Behaviour*, *Animal Behaviour*, *Anthropologie*, *American Journal of Physical Anthropology*, *Journal of the Royal Anthropological Institute*, *Cultural Dynamics*, *Etnográfica*, *Arquivos do Centro cultural Calouste Gulbenkian*, *Africa Debate*, entre outros.

Quanto à orientação de teses, o RAA fornece uma lista das teses de Mestrado e Doutoramento defendidas no âmbito do Departamento de Antropologia e da FCTUC entre 1999 e 2003, sem mencionar os nomes dos docentes orientadores. O RAA também não inclui informações sobre as teses e orientações em curso, dentro ou fora da Universidade de Coimbra no mesmo período. No que diz respeito ao número de dissertações defendidas, orientadas por docentes do Departamento, ele parece corresponder a um total de 17 (12 de Mestrado e 5 de Doutoramento). A esmagadora maioria foram orientadas e defendidas na área de Antropologia Biológica (12 de Mestrado em Evolução Humana, e 3 de doutoramento, apresentadas por docentes do Departamento de Antropologia).

Na área de Antropologia Social e cultural, a situação das orientações de teses de pós-graduação reflecte o estado ainda incipiente desta área da Licenciatura, em termos, quer do número, quer da qualificação dos docentes: durante o período em apreço, não abriu curso de Mestrado, enquanto as duas teses de doutoramento defendidas no Departamento de Antropologia de Coimbra foram orientadas, ou co-orientadas, por docentes de outras universidades, nomeadamente do ISCTE. Outras teses de Mestrado e de doutoramento em curso por parte dos assistentes convidados da área de Antropologia Social e Cultural decorrem principalmente no âmbito de programas de Mestrado e Doutoramento do ISCTE e do ICS.

8. Corpo não docente

Em 2002/2003, o Departamento dispunha de 18 funcionários, dos quais nove estão directamente ligados ao ensino, e a outra metade são funcionários do Museu Antropológico (cujo orçamento é suportado pela FCT e pela Reitoria). Trata-se, ao que parece, de um corpo técnico e administrativo bastante bem qualificado em termos dos padrões nacionais: do pessoal directamente ligado ao ensino três possuem curso superior (um doutoramento, uma licenciatura e um bacharelato), enquanto quatro dos nove funcionários do Museu são licenciados.

De acordo com o RAA, entre 1998 e 2003, houve uma diminuição substancial dos recursos humanos não docente, devido à saída de funcionários que não foram substituídos (RAA, 279). Os funcionários confirmaram esta situação perante a CAE,

realçando a escassez do pessoal para os serviços administrativas e as tarefas de laboratório, biblioteca e museu. Referiram-se que já existem serviços comuns ao Museu e ao Departamento sem um único funcionário, como é o caso do laboratório de audiovisuais, para o qual os alunos se têm voluntariado para o dinamizar.

Tendo em conta que, neste momento, o pessoal técnico reformado, quer especializado, quer não, não está a ser substituído e que 17 dos 18 funcionários do Departamento de Antropologia têm mais de 50 anos (e entre estes, 3 com mais de 60 anos), prevendo-se que brevemente entrarão na reforma mais funcionários, a situação torna-se dramática, com graves prejuízos para o ensino prático (ver ponto 4.3., mais acima).

9. Instalações e Equipamentos

9.1. Espaços Lectivos e de Trabalho

A visita efectuada pela CAE às instalações do Departamento confirmou as conclusões do RAA quanto a natureza, em geral, adequada das dimensões dos anfiteatros, das salas de aula e dos vários laboratórios afectos ao ensino (enumerados na RAA, Tabela 3), em relação ao número de alunos utilizadores – os quais mostram-se satisfeitos com as condições físicas do espaço lectivo (RAA, 233).

Os espaços de trabalho dos docentes são também muito bons. Há computadores e rede instalados em todos os gabinetes, estando os docentes doutorados quase todos instalados em gabinetes individuais e partilhando os não doutorados gabinetes em grupos de dois ou três (RAA, 281).

Contudo, a CAE observou uma situação de crescente constrangimento e carência de espaço para os estudantes da Licenciatura e pós-graduação desenvolverem os trabalhos práticos no Museu antropológico, e conclui que as condições físicas do ensino seriam bastante melhoradas com a atribuição de mais um laboratório para a investigação e as aulas práticas em algumas disciplinas.

9.2. O Museu de Antropologia

Não obstante as carências de espaço, a CAE considera o património riquíssimo ao que o Departamento tem acesso através do Museu de Antropologia e da História Natural, uma das grandes vantagens do curso de Antropologia em Coimbra.

Neste contexto, como já foi dito mais acima (ver 4.3.), a CAE lamenta fortemente que o aproveitamento dos acervos do Museu de História Natural pelos docentes e alunos da licenciatura para desenvolverem projectos no âmbito do curso ou para realizarem estágios, seja cada vez mais prejudicado pelo facto de o Museu não ter recursos directos e ser impossibilitado de os adquirir no exterior. Não obstante o grande empenho do actual reitor, há um fraco investimento no Museu por parte da Universidade. Por sua vez, o baixo nível de financiamento que o Departamento de Antropologia tem tido para recursos humanos também impede o desenvolvimento de projectos.

9.3. A Biblioteca

A biblioteca é bastante rica, tendo por volta de 18 mil livros e 347 títulos (assinaturas) correntes de publicações periódicas. Possui um acervo total, entre monografias e publicações em série, de cerca de 50,000 volumes, tendo também incorporado, há anos, a biblioteca da Companhia de Diamantes da Angola.

Trata-se de um espaço de consulta extremamente bem cuidado e agradável, dispondo de 26 lugares. É de livre acesso, graças à recente instalação do sistema de controlo de acessos à biblioteca, e da informatização do empréstimo de livros (RAA, 231)

Em contrapartida, os importantes cortes orçamentais verificados, no últimos anos, na FCTUC, conduzindo a fortes reduções do orçamento da biblioteca, têm levado à redução dos funcionários da biblioteca, com repercussões muito negativas em termos do aproveitamento da biblioteca pelos alunos. Assim, a escassez de funcionários é responsável pelo horário da biblioteca, considerado insuficiente pelos alunos, estando aberto somente de 2^a a 6^a feira, com horário das 9.00h às 12.30h e das 14.00h às 17.30h.

Consequência ainda mais grave desses cortes orçamentais é a natureza, manifestamente insuficiente, do financiamento, em 2002, de Euros 836.393 para fazer face às necessidades da compra de bibliografia para o ensino e investigação. A

diminuição de aquisição de livros ou alargamento do leque de assinaturas de publicações científicas que se vai verificando (RAA, 281) impede a actualização regular das obras mais importantes em cada área científica, com consequências potencialmente nefastas para a qualidade, quer do ensino, quer da investigação.

Como salientam os autores do RAA (283), trata-se de um problema nacional, que *“só pode ser remediado através de um maior financiamento bem como um tratamento global, por intermédio de uma estratégia da Universidade e do conjunto das Universidades públicas, que resolva o problema de acesso às publicações periódicas, através de um sistema nacional integrado de acesso à informação bibliográfica”*.

9.4. Meios Informáticos

A insuficiência dos meios informáticos foi o aspecto mais negativo do curso salientado pelos alunos nos inquéritos feitos pela CAA, não obstante o Departamento de Antropologia ter feito o possível para investir na melhoria dos meios e infra-estruturas informáticas instaladas e disponibilizadas (RAA, 279).

Deste modo, apesar do recente re-equipamento, pela Faculdade, da sala de computadores para os alunos, garantindo um rápido acesso à internet e o aumento dos níveis de segurança dos sistemas operativos (RAA, 281, 283), as dificuldades financeiras e a inexistência de um técnico de informática no Departamento, obrigaram a que esta sala de informática tenha estado encerrada parte do ano (RAA, p.231).

10. Recursos Financeiros

Os dados incluídos no RAA não permitem uma análise pormenorizada dos recursos financeiros globais da FCT no quadro global da UC. Pode-se, contudo, afirmar que, em comum com todas as outras instituições públicas de ensino superior do país, a situação financeira do Departamento de Antropologia da FCTUC é dramática. Já se referiu em pontos anteriores aos recentes cortes orçamentais verificados pela FCTUC. De acordo com os autores do RAA, o orçamento de funcionamento do Departamento *“sofreu um corte brutal de quase 50% no ano lectivo de 2001, que se manteve nos anos seguintes”* (RAA, 279 e Tabela 7). No ano económico de 2002, o total das verbas

atribuídas ao Departamento de Antropologia da FCTUC foi de Euros 38.305.924, mais de 93% do qual (Euros 35.931.342) foi gasto com pessoal, deixando quantias irrisórias de dinheiro para a compra de bibliografia ou o melhoramento de infraestruturas (Tabela 2) tão essenciais para o bom funcionamento da Licenciatura.

No quadro desta Licenciatura, as consequências da falta de recursos financeiros são gravíssimas, levando à não substituição de pessoal técnico-administrativo, considerado essencial para o bom funcionamento e aproveitamento pelos alunos da biblioteca e do Museu antropológico, enquanto impede também a contratação dos serviços de outros técnicos necessários, nomeadamente para fazer a manutenção das máquinas de informática instaladas (ver 9.4., mais acima), ou dos meios audio-visuais. A mesma penúria também tem afectado negativamente o funcionamento pedagógico da licenciatura, obrigando os docentes, sobretudo da área de Antropologia Social e Cultural, de disponibilizar os seus próprios livros. Por sua vez, não há meios para financiar o desenvolvimento ou compra de materiais didácticas, tais como, por exemplo, a revelação de slides para as aulas, como se referiu acima (6.2.3.).

Finalmente, a grave falta de recursos financeiros põe em causa a permanência de alguns docentes sem vínculo a longo prazo, ao mesmo tempo que dificulta o recrutamento desejável de mais professores doutorados da carreira, gerando um clima de instabilidade entre o corpo docente, sobretudo da área da Antropologia Social e Cultural.

11. Relações Externas e Grau de Internacionalização do Curso

O Departamento tem desenvolvido uma actividade regular de convidar conferencistas de outras universidades, nacionais e estrangeiras, no âmbito de colóquios ou para dar palestras relacionadas com a licenciatura em Antropologia e, sobretudo, no âmbito do Mestrado em Evolução Humana. Assim, no ano de 2002/2003, nas diferentes áreas científicas do curso, foram organizados vários ciclos de conferências em que participaram mais de 20 especialistas estrangeiros (RAA, 152-154).

Por sua vez, os docentes e investigadores do Departamento de Antropologia colaboram através de investigação, cursos de pós-graduação consultorias ou

museologia com mais de 13 instituições universitárias e outras, nacionais e estrangeiros, com destaque para a França, a Inglaterra e a Espanha (RAA, 154-155).

Ao nível da Licenciatura, o Departamento de Antropologia possui protocolos de mobilidade de estudantes e de docentes ao abrigo do Programa Sócrates/Erasmus, estando ainda integrado no Programa Alban, que tem como principal objectivo o reforço de cooperação entre a União Europeia e a América Latina ao conceder bolsas de estudo da União Europeia para estudantes Latino-Americanos (RAA, 150, 279).

No período em apreço, enquanto um crescente e significativo número estudantes (71) de universidades estrangeiras – em especial europeias, mas também brasileiras - frequentaram disciplinas no Departamento de Antropologia em regime de intercâmbio internacional, através do Programa Socrates/Erasmus, um número de alunos da licenciatura de Antropologia bastante menor (22), frequentaram um semestre ou ano lectivo no estrangeiro (RAA, 151, 279).

12. Ambiente Académico (Apoio Social)

A CAE recolheu poucos informações relevantes, quer do RAA, quer da visita, para poder responder a este capítulo de uma maneira adequada.

A impressão retirada pela CAE durante a visita é que existe um bom ambiente académico no Departamento de Antropologia, onde se verifica algum espírito de associativismo e proximidade nas relações entre professores e alunos, exemplificado sobretudo pela estrutura organizativa do NEA.

Quanto ao apoio social aos alunos, é de referir, por exemplo, Centro de Estudos e Intervenção Psicológica, que funciona como um gabinete de apoio aos alunos da FCTUC, como o objectivo de promover o seu bem estar ao nível do acolhimento que lhe é devido à chegada e do apoio que necessita durante a sua frequência da Licenciatura do curso. Na ausência de um Gabinete de Saídas Profissionais na faculdade, este Centro também oferece apoio aos licenciados durante a sua transição para o mundo do trabalho (RAA, 150).

13. Gestão da Qualidade

Não há informações directas, ao nível institucional, sobre políticas de “gestão da qualidade”. Em geral, a percepção dos alunos e docentes em relação à faculdade, ao departamento e ao funcionamento da Licenciatura, em termos da satisfação das suas necessidades e expectativas, parece positiva. Contudo, foram já notados, ao longo deste relatório, registos negativos no que diz respeito sobretudo à falta de recursos humanos e materiais. Estes registos negativos dizem respeito esmagadoramente às dificuldades de aquisição de livros ou alargamento de assinaturas de revistas científicas, aos prejuízos causados pela redução progressiva do pessoal não docente e dos apoios técnicos e administrativos, ao horário insuficiente da biblioteca, à pouca acessibilidade aos alunos dos meios informáticos, à carências de espaço laboratorial e para aulas práticas, e ao fraco apoio institucional, em termos financeiros, do Museu antropológico. Estes problemas têm que ver, principalmente, com os cortes orçamentais sentidos nos últimos anos, que têm dificultado uma gestão racional, em termos do consumo e ajustamento dos recursos disponíveis.

14. Empregabilidade

A ausência de uma base de dados sobre licenciados na FCTUC dificulta uma apreciação mais informada da empregabilidade dos licenciados em Antropologia. De acordo com os autores do RAA, está em preparação a implementação de um programa de acompanhamento da progressão e inserção dos licenciados no mercado do trabalho (RAA, 230). Por sua vez, segundo informou a representante do NEA, dentro deste Núcleo estão a organizar um grupo de pessoas para criar uma base de dados com informação acerca das várias instituições que recebem antropólogos e das possíveis bolsas de investigação, o que já está agendado para ser discutido em mesa redonda com ex-alunos, novos alunos e o presidente da Associação Portuguesa de Antropologia.

Em comum com os estudantes de outros cursos superiores nacionais, os alunos de Antropologia de Coimbra sentem dificuldades em penetrar o mercado de trabalho em Portugal, tendo em conta sobretudo o papel, ainda muito limitado, da profissão do Antropólogo na sociedade portuguesa. Durante a visita, entre os alunos presentes na reuniões com a CAE, notou-se um espírito de pessimismo e de angústia em relação ao

futuro profissional, referindo-se não ter grandes perspectivas de emprego como antropólogo.

Na realidade, porém, a situação parece mais optimista. Com efeito, mais de metade (54%) dos 13 licenciados inquiridos pela CAA encontra-se com situação profissional assalariado, e outra 31% como bolseiros de doutoramento (RAA, TABELA 12). Por sua vez, estes inquiridos consideraram que muito significativamente a sua actividade profissional está directamente relacionada com a licenciatura que fizeram. Consideraram também que a formação que receberam durante a licenciatura os habilitara para as funções que desempenham e que a licenciatura foi importante, também para a sua formação como cidadão para a sua actividade profissional (RAA, 273).

Na reunião da CAE com os antigos alunos do curso, confirmou-se esta opinião, considerando que a Licenciatura em Antropologia de Coimbra tem uma grande abertura para diversas áreas da Antropologia. Por outro lado, queixaram-se da falta de aplicabilidade da Antropologia leccionada, mencionando que, em contraste com a Antropologia Biológica – notoriamente mais prática, possibilitando mais saídas profissionais - o ramo social e cultural da Antropologia é demasiado teórico, referindo-se que quem não deseje seguir a vertente académica fica desempregado

Pela sua parte, a CAA mostrou-se relativamente optimista quanto a possibilidade do aumento da empregabilidade dos licenciados em Antropologia, tendo em conta o desenvolvimento de museus aos níveis regionais e nacionais, a legislação sobre levantamentos arqueológicos com ossadas humanas, o reconhecimento da importância dos conhecimentos técnicos dos antropólogos nos estudos sobre o esqueleto, por parte do Instituto Nacional de Medicina Legal (RAA, 282).

Para os membros da CAA, na medida das possibilidades de intervenção da instituição universitária, as soluções para a empregabilidade dos licenciados em Antropologia passam “*por contratualizar estágios e favorecer mecanismos de ligação a entidades e empresas*” (RAA, 284). Nos últimos anos, como já se referiu mais acima (3.3.), o Departamento de Antropologia tem vindo a desenvolver algumas iniciativas no sentido de favorecer a empregabilidade dos licenciados através de acordos feitos com algumas Câmaras Municipais e empresas, para acolherem estagiários da licenciatura. Contudo, não parece ter havido esforço suficiente no Departamento em apoiar

sistematicamente um programa de colocação dos recém-licenciados ou finalistas, em estágios relacionados (com maior ou menor aproximação à antropologia) com o curso, ou conceptualizados como “pontes” entre a licenciatura e futuros empregos. A este respeito, é significativo que, na reunião com os licenciados, enfatizou-se que, para o ramo social e cultural, a FCTUC deveria incrementar as oportunidades de estágios através da criação de mais protocolos. Os alunos presentes também se mostraram desejosos da oportunidade para realizar um estágio pós-curricular, que podiam propiciar uma experiência e contacto com o mundo exterior, mesmo se não estivesse directamente ligado à área de Antropologia.

Neste contexto, faz grande falta um Gabinete de Saídas Profissionais ao nível da própria FCTUC¹⁰, que podia assumir uma estratégia concertada de organização e acompanhamento dos estágios.

Balanço Global e Conclusões

A apreciação global da CAE da Licenciatura é inequivocamente positiva, sintetizando as conclusões mais salientes e os pontos mais ou menos positivos da seguinte maneira:

- Em termos de enquadramento institucional, a Licenciatura em Antropologia da FCTUC seria valorizada por uma melhor qualidade do ambiente relacional entre o Departamento de Antropologia e os restantes Departamentos e faculdades da Universidade de Coimbra, em especial a Faculdade de Medicina.
- Na medida em que contempla o estudo das dimensões biológicas, paleontológicas, arqueológicas ou ecológicas das sociedades humanas, juntamente com a antropologia social e cultural “tradicional”, a Licenciatura em Antropologia da FCTUC tem um perfil abrangente único no país, importante e relevante, no contexto nacional, em termos epistemológicos e práticos.

¹⁰ Ao que parece, actualmente existe apenas um Gabinete de Saídas Profissionais ao nível global da Universidade Coimbra. Ao nível da FCTUC existe unicamente o Centro de Estudos e Intervenção Psicológica que funciona como um gabinete de apoio da posterior transição dos alunos para o mundo do trabalho.

- Por parte dos alunos, é evidente o interesse pelo perfil abrangente desta Licenciatura, em termos, não só de procura do curso, como também do elevado grau da satisfação posterior com o andamento dos estudos.
- O empenhamento da equipa dos docentes responsáveis pela Licenciatura em responder às críticas da anterior comissão de avaliação externa, conduziu à uma reforma profunda no Plano de Estudos, francamente positiva, que fortalece e torna mais clara e equilibrada a especificação das duas áreas científicas – Biológica e Socio- Cultural – e é actualizada também em harmonia com as normas de Bolonha. Para além das reformas curriculares já realizadas, a CAE sugere que a mesma equipa reflecta, ainda, sobre os seguintes aspectos, relacionados principalmente com o componente social e cultural, desenvolvidos em mais pormenor nos pontos 3.2., 4.1, e 4.2., mais acima:
- A necessidade de desenvolver o ensino pós-graduado na área de Antropologia Social e Cultural.
 - A conveniência em reforçar as bases teóricas da área social e cultural introduzindo, em certas disciplinas, um *corpus* maior de textos considerados clássicos, que definiram a disciplina e os caminhos de Antropologia Social e Cultural entre os séculos XIX e XX.
 - A conveniência em dar um maior relevo aos contextos europeus entre os conteúdos das disciplinas do Curso.
 - A conveniência em reforçar o componente prática da formação, sobretudo na área social e cultural, integrando-a melhor nas etapas progressivas do Curso.
 - A conveniência em pensar numa estratégia mais sistematizada relativamente à organização de estágios curriculares para finalistas, com todas as insuficiências e críticas que estes naturalmente comportam.
- Entre as mais valias do ensino desta Licenciatura, destaca-se, em especial, o seu relacionamento dinâmico com o património rico do Museu de Antropologia, integrado no Museu da História Natural da Universidade de

Coimbra (4.3.). A este respeito, a CAE considera urgente chamar a atenção das autoridades universitárias e governamentais relevantes e responsáveis, para o risco de perder esse dinamismo, por causa das carências do espaço e da perda progressiva dos funcionários do Museu.

- Muito positivo é a aparente proximidade e relação de diálogo entre alguns alunos e os órgãos responsáveis do Departamento, cujo espírito de abertura apoia, e é apoiada, por iniciativas louváveis e espontâneas, tal como o actual Núcleo de Estudantes de Antropologia, que procuram valorizar o Curso. A CAE sugere que o Departamento reflecta ainda sobre a conveniência de estreitar mais os laços entre docentes e discentes, sobretudo nos primeiros anos do curso - talvez alargando a representatividade dos alunos na Comissão Pedagógica - como meio de contrariar factores de “dispersão” e desistência e de aumentar as taxas de conclusão do curso.
- A competência pedagógica do corpo docente da Licenciatura é reconhecida pelos alunos e concretizada nas taxas de aprovação nas disciplinas do Curso. Por sua vez, a adequação e a funcionalidade, em geral, das salas de aulas, gabinetes e laboratórios constituem um suporte positivo à leccionação do Curso.
- Em contrapartida, os pontos negativos do funcionamento pedagógico têm que ver principalmente com a falta de recursos financeiros e humanos, sobretudo os fortes cortes orçamentais ao nível da FCT e do Departamento, que podem implicar graves prejuízos para a qualidade da Licenciatura, impossibilitando a aquisição e actualização de bibliografia de apoio essencial para o ensino, para além de outros equipamentos e matérias para leccionar. A redução progressiva dos técnicos e funcionários, não só do Museu, como também do Departamento, também afecta muito negativamente o ensino prático (6.2.2, 6.2.3., 9.3, 9.4., e 10).
- A CAE apreciou muito positivamente a boa qualificação e alta competência científica do corpo docente do Departamento de Antropologia, em termos do trabalho de investigação realizado e publicado.
- A CAE também considera muito louváveis os esforços e incentivos realizados pelo Departamento nos últimos anos para o desenvolvimento dos

doutoramentos entre o seu corpo docente. No entanto, a CAE ficou muito preocupada com a proporção relativamente importante de docentes sem vínculo a longo termo, sobretudo na área social e cultural, que a este respeito ainda se encontra frágil e pouco consolidada. Neste sentido, a CAE considera muito conveniente, para conseguir um equilíbrio mais estável entre as duas áreas da Licenciatura, e para atingir o nível de excelência pretendido, o recrutamento de mais professores da carreira, sobretudo na área de Antropologia Social e Cultural, de forma a potenciar, quer as sinergias entre os docentes das duas áreas da Licenciatura, quer o magnífico património antropológico, único no país.

- Finalmente, embora, na opinião da CAE, a educação antropológica deva incidir mais em produzir licenciados bem formados em termos científicos do que em direccionar a educação para as necessidades do mercado, há que reconhecer a relevância da posterior transição e inserção dos alunos no mundo do trabalho. A este respeito, a CAE conclui que a empregabilidade dos licenciados desta Licenciatura, embora problemática, pode não corresponder, na realidade, à percepção tão pessimista transmitida pela generalidade dos estudantes do Curso. Para maximizar as oportunidades de saídas profissionais, a CAE considera que seria conveniente desenvolver mais iniciativas em termos da colocação dos finalistas e recém-licenciados como estagiários em autarquias, museus, empresas e outras instituições não universitárias. Para este efeito, seria extremamente importante o apoio de um Gabinete de Saídas Profissionais organizado ao nível da FCTUC.

Classificação dos Campos de Apreciação¹¹

Campos de Apreciação	Classificação
Organização Institucional	C
Objectivos do Curso	B
Plano de Estudos	C
Conteúdos Programáticos	C
Alunos (procura, sucesso escolar)	C
Processo Pedagógico	C
Corpo Docente	B
Pessoal não Docente: - Qualificação - Suficiência	B E
Instalações e Equipamentos	C/D
Recursos Financeiros	E
Relações Externas e Internacionalização	C
Ambiente Académico (apoio social)	---- (sem dados suficientes)
Gestão da Qualidade	C
Empregabilidade	B/C

Nota: Os Níveis de Classificação atribuídos foram estabelecidos pela FUP/Conselho de Avaliação nos seguintes termos:

A – *Excelente*

B – *Muito Bom* – Sem problemas estruturantes detectados, com eventuais pequenos problemas de importância secundária para a organização e funcionamento.

C – *Bom* – Pode haver pequenos problemas de alguma relevância para a organização e funcionamento do curso, mas resolúveis ao nível do Departamento ou da Coordenação do Curso.

D – *Suficiente* – Problemas estruturantes detectados que implicam intervenção institucional de nível mais elevado, mas onde se encontra dinâmica positiva que admite a sua ultrapassagem a curto prazo.

E – *Insuficiente* – Graves deficiências, algumas de natureza estrutural, com reduzidas perspectivas de recuperação imediata.

¹¹ Os Campos de Apreciação e os Níveis de Classificação foram definidos com base no Guião de Avaliação Externa aprovado em Novembro de 2003 pela F.U.P. / Conselho de Avaliação.

Anexos

1. Termos de Referência *b*
2. Constituição e Calendário de Visitas *d*
3. Programa da Visita *e*

COMISSÃO DE AVALIAÇÃO EXTERNA DE ANTROPOLOGIA

TERMOS DE REFERÊNCIA

1. CARACTERIZAÇÃO DO CURSO

Objectivos e finalidades do curso. Informações sobre o contexto em que o curso foi criado. Procura do curso (condições de acesso, evolução na procura durante o período em análise) .Articulação do curso de licenciatura com cursos de ensino pós-graduado da mesma área científica.

2. PLANO DE ESTUDOS

Adequação aos objectivos e finalidades do curso. Carga horária semanal. Distribuição e peso relativo das disciplinas por áreas científicas. Articulação interdisciplinar e articulação entre formação teórica e a preparação prática (exercícios de recolha de dados). Os estágios e a interacção entre a Universidade e as Instituições de acolhimento nas quais funcionam núcleos de estágio.

3. PROGRAMAS DAS DISCIPLINAS

Qualidade e coerência científico-pedagógica. Adequação aos objectivos do curso. Exequibilidade. Metodologias e estratégias de ensino. Articulações horizontais e verticais. Estratégias de desenvolvimento curricular: dinâmica de actualização no período em análise.

4. CORPO DOCENTE

Qualificação académica. Actividade pedagógica e carga lectiva semanal. Actividade científica e publicações. Actividades de extensão universitária. Actividades de gestão. Coordenação entre os professores do curso. Colaboração interdepartamental e interinstitucional. Intercâmbio internacional. Financiamento externo de projectos.

5. CORPO DISCENTE

Vocação para o curso (se os alunos têm como primeira opção). Preparação cultural e científica. Capacidades de expressão e de comunicação oral e escrita. Espírito crítico. Hábitos de leitura. Condições de estudo. Programas de apoio aos alunos em dificuldades. Mobilidade internacional.

6. GESTÃO PEDAGÓGICA DO CURSO

Órgãos e mecanismos de gestão pedagógica do curso. Representatividade dos órgãos de gestão pedagógica: participação de docentes e alunos. Articulação dos órgãos de gestão pedagógica com outros órgãos de gestão. Recursos de pessoal técnico e administrativo.

7. AVALIAÇÃO DOS CONHECIMENTOS

Modalidades e critérios, qualidade e fiabilidade dos processos de avaliação (escritos e orais). Taxas de sucesso, de retenção e de abandono. Prescrições e precedências.

8. INSTALAÇÕES

Espaços lectivos: número, tipologia, capacidades e qualidade. Espaços de Estudo, trabalho e convívio para alunos. Gabinetes para docentes e suas condições.

9. EQUIPAMENTO CIENTÍFICO-PEDAGÓGICO

Equipamento; apoio técnico; manutenção. Bibliotecas: quantidade e actualização do acervo bibliográfico; condições de acesso e utilização; espaços de leitura; horário de funcionamento. Meios informáticos. Meios audiovisuais. Laboratórios.

10. SAÍDAS PROFISSIONAIS

Adequação do curso de licenciatura e das competências e capacidades dos licenciados ao mercado de trabalho. Situação socioprofissional dos licenciados: emprego em área directamente relacionada com o curso, emprego numa área próxima do curso; trabalho numa área totalmente diferente; taxas de desemprego. Possibilidades de articulação entre estágios e emprego.

COMISSÃO DE AVALIAÇÃO EXTERNA DE ANTROPOLOGIA

Constituição e Calendário de Visita

<u>UNIVERSIDADE</u> A AVALIAR	<u>DATAS</u> DE VISITA	<u>MEMBROS</u>
UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA	9 Março	Jill Dias
		Carlos Diogo Moreira
		Manuel Laranjeira de Areia
		Brian Juan O'Neill
UNIVERSIDADE DE COIMBRA	10 e 11 Março	Jill Dias
		Carlos Diogo Moreira
		Brian Juan O'Neill
U.N.L.	15 e 16 Março	Brian Juan O'Neill
		Manuel Laranjeira de Areia
		Carlos Diogo Moreira
		Mary Bouquet
I.S.C.T.E.	17 e 18 Março	Jill Dias
		Carlos Diogo Moreira
		Manuel Laranjeira de Areia
		Mary Bouquet
U.T.L.	23 e 24 Março	Jill Dias
		Manuel Laranjeira de Areia
		Brian Juan O'Neill

COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE ANTROPOLOGIA

Programa de visita à Universidade de Coimbra

10 e 11 de Março de 2004

Comissão de Visita

Prof.^a. Doutora Jill Dias

Prof. Doutor Brian Juan O'Neill

Prof. Doutor Carlos Diogo Moreira

Dr.^a Carla Vieira (Secretária)

1º Dia

09.00 – 10.00 – Após apresentação de cumprimentos, reunião com dirigentes da instituição visitada e com os responsáveis do curso e do departamento envolvidos.

10.00 – 11.00 – Reunião com os autores do Relatório de Auto-Avaliação.

11.00 – 12.00 – Reunião com os dirigentes da Associação de Estudantes e de outras organizações estudantis.

12.00 – 13.00 – Visita às instalações.

13.00 – 14.30 – Intervalo para almoço.

14.30 – 15.30 – Reunião com os alunos dos dois primeiros anos.

15.30 – 16.30 – Reunião com os professores de todos os anos (espera-se a presença significativa dos professores dos dois primeiros anos)

16.30 – 17.30 – Reunião com outros elementos (incluindo a associação de antigos alunos, empresas, etc.)

17.30 – 18.30 – Consulta dos elementos à disposição da CAE.

18.30 – 19.30 – Reunião da CAE.

2º Dia

09.00 – 10.00 – Reunião com pessoal não docente.

10.00 – 11.00 – Reunião com os alunos dos últimos anos.

11.00 – 12.00 – Reunião com os assistentes.

12.00 – 12.30 – Reunião da CAE.

12.30 – 13.30 – Reunião com os dirigentes da instituição visitada e com os autores do relatório de auto-avaliação, para apresentação das conclusões preliminares.